



Texto relatado por Fernando Collor cria Estatuto da Igreja Católica no Brasil

Aprovado acordo com Vaticano

página 3

burocracia

Projeto consolida leis para abrir e fechar empresas

páginas 6 e 7

cidadania

Quem pode se inscrever no Minha Casa, Minha Vida

Programa habitacional promete financiar 1 milhão de moradias para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos. Esta edição mostra as regras do projeto, com os requisitos para quem deseja se inscrever nele.

página 16

e mais...

ambiente legal	4
projetos aprovados	10
agora é lei	11
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



O que fazer para devolver paz à escola?

A volta do chamado “inspetor de alunos” ou bedel, a realização de reuniões quinzenais de conselhos escolares e a elaboração de planos de segurança e de relações com a

comunidade são ideias contidas em projeto que o Senado deve enviar à Câmara na próxima semana com o objetivo de enfrentar a violência na escola, um fenômeno mundial.

páginas 8 e 9



Alunos do Instituto Fênix, de Ceilândia (DF), pedem batalhão escolar: projeto de Paim inclui na LDB medidas para conter violência

Plenário reexamina normas de produtividade rural

página 5

forças armadas

CCJ proíbe corte no orçamento da Defesa por 10 anos

página 11

meio ambiente

Produção de energia limpa pode ter incentivo fiscal

página 4

prêmio

Senadores elogiam escolha de Obama para Nobel da Paz

página 12

agenda

Ministro deve explicar o adiamento do Enem

Fernando Haddad será ouvido pela Comissão de Educação sobre medidas tomadas após vazamento de prova que teria sido aplicada este mês

O ministro da Educação, Fernando Haddad, vai explicar nesta terça-feira aos senadores da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) as providências tomadas pelo governo depois do adiamento das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). No dia 1º, dois dias antes da aplicação do exame, o ministério anunciou que havia sido descoberto o roubo e o vazamento da prova. A Polícia Federal investiga o caso e já

indiciou cinco suspeitos.

A nova data do Enem foi marcada para 5 e 6 de dezembro. Como consequência da tentativa de fraude, instituições como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) anunciaram que não pretendem mais utilizar o resultado no Enem como critério de ingresso em seus cursos.

O presidente da Comissão de Educação, Flávio Arns (PSDB-PR), afirmou que tem mantido

contato permanente com a equipe do ministro desde que foi noticiado o adiamento do exame.

– Isso afetou mais de quatro milhões de pessoas inscritas, trazendo um clima de intranquilidade e insegurança – disse Arns.

Ele considerou correta a postura de Haddad diante do episódio, mas ponderou que existem ainda muitas questões em aberto, como o rumo das investigações.

CRE vota nesta quarta indicação para novo diretor da Abin

A mensagem presidencial que submete ao Senado a indicação de Wilson Roberto Trezza para o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) somente será votada pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) nesta quarta-feira. O adiamento da votação, inicialmente prevista para quinta-feira passada, foi motivado por um pedido de vistas do senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

O pedido de vistas foi apresentado logo depois que o relator da mensagem, senador Tasso

Jereissati (PSDB-CE), apresentou seu voto favorável à indicação de Trezza, que, como observou o relator, “tem larga experiência na área de administração e gestão pública”.

Heráclito afirmou que não era contrário à indicação de Trezza, mas sim à maneira “atabalhoada” com que a Abin estaria sendo administrada nos últimos anos.

– A Abin transformou-se em um antro de arapongas. Vários parlamentares tiveram a vida bisbilhotada de maneira ilegal – queixou-se Heráclito.

Senadores examinam MPs de combate à crise financeira

O Plenário poderá votar nesta semana duas medidas provisórias que têm como objetivo combater os efeitos da crise financeira internacional. Elas aumentam a oferta de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), reduzem o custo de financiamentos e autorizam a criação de fundos para dar garantia aos créditos bancários tomados por pequenas e médias empresas.

A primeira é a MP 464/09, transformada em PLV 14/09, que autoriza a criação dos fundos para garantir créditos de micro, pequenas e médias empresas e autônomos que queiram comprar máquinas para o seu trabalho. O governo concluiu que, na crise, essas empresas passaram a enfrentar sérios problemas para tomar empréstimos. Os bancos, tendo calotes, se tornaram mais severos ao examinar pedi-

dos de financiamento. Com os fundos de garantia de crédito, o governo acredita que o sistema financeiro voltará a emprestar sem maiores restrições. O relator, Osmar Dias (PDT-PR), decidiu apresentar emenda para autorizar a criação de fundos destinados a garantir créditos também por agricultores e cooperativas rurais.

Já a MP 465/09, que passou a tramitar como PLV 15/09, autoriza a União a conceder subvenção ao BNDES para financiar, até o final deste ano, a produção e a compra de bens de capital, além da inovação tecnológica das empresas. A União paga parte dos juros cobrados pelo BNDES: no caso, a diferença entre o custo do dinheiro captado pelo banco e o juro cobrado da empresa, acrescido de uma taxa de remuneração do BNDES. O relator da matéria é o senador João Pedro (PT-AM).



Haddad e Luiz Fernando Corrêa, da Polícia Federal, em entrevista: algumas universidades desistem de adotar nota do Enem

comissões

Terça-feira

10h – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Clima – Audiência pública para debater o tema “Programa Antártico Brasileiro e mudanças climáticas”, com o contra-almirante Francisco Chaves e o capitão de mar e guerra José Robson Medeiros.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Isenção – Entre os 17 itens na pauta, a comissão examina o projeto que estabelece a isenção do Imposto de Importação e do IPI para máquinas de escrever em braille e o que isenta integralmente do Imposto de Renda os rendimentos de contribuinte que completar 70 anos.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Poluentes – Reunião da comissão examina, entre os 25 itens da pauta, projeto que autoriza a criação do Ministério da Amazônia e proposta que dispõe sobre áreas de preservação permanente (APPs) em setores urbanos. Analisa ainda proposta que torna obrigatória a divulgação da composição e da quantidade de poluentes emitida pelos veículos comercializados no país. Após a reunião, será instalada a Subcomissão da Água. Em seguida, a Subcomissão de Acompanhamento da Copa de

2014 se reúne para apresentação do portal da rede de informações.

Quarta-feira

9h – DESENVOLVIMENTO E TURISMO

Baixa renda – Comissão trata de projeto que garante a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda. Também em análise, projeto que proíbe a instalação de presídios em cidades turísticas.

10h30 – DESENVOLVIMENTO E TURISMO

Suframa – Audiência pública trata do desvio de recursos pela Suframa. Participam da reunião o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo Bringel, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado, e o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

BNDES – Com 50 itens na pauta, comissão analisa projeto que extingue o Código de Ética e Decoro Parlamentar e a proposta que prevê o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena. Outro projeto enquadra o Banco Nacional de

Desenvolvimento como empresa pública.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Medicamentos – Reunião analisa projeto que inclui o fornecimento de leite especial para filhos de mães portadoras de HIV e medicamentos para doentes de Aids. Examina ainda proposta que estabelece a distribuição gratuita de medicamentos de uso contínuo pelo SUS.

14h – METAS DO MILÊNIO

Plano – Reunião da comissão para apresentação do plano de trabalho e apreciação de requerimentos.

Quinta-feira

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A comissão analisa projeto de lei que trata da competência da Defensoria Pública de garantir o acesso à Justiça, no âmbito da execução da pena e prestação de assistência judiciária integral e gratuita. Entre os participantes, representantes da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, da Associação Nacional dos Defensores Públicos e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais.

plenário

Segunda-feira – feriado

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

Pauta trancada – A pauta está obstruída pelos PLVs 14/09, sobre estímulo a exportações, e 15/09, relativo a subvenção econômica ao BNDES, e pela MP 467/09, sobre projetos de cooperação técnica.

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Homenagem – Comemoração do Dia do Professor, na hora do expediente

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

internacional

Tráfico de armas, trabalho e aviação entre os acordos

O Senado aprovou e encaminhou à promulgação outros três acordos internacionais (além do acordo com a Santa Sé – veja manchete da página). O primeiro, com o Paraguai, abrange o combate à fabricação e ao tráfico de armas. Outros dois, com o Senegal, tratam do trabalho remunerado de dependentes do pessoal diplomático e da ligação aérea entre os dois países.

Brasil e Paraguai assinaram em novembro de 2006 um memorando de entendimentos (PDS 497/09) para cooperação no combate à fabricação e ao tráfico de armas, munições, explosivos etc.

Ratificado pelo Senado, o acordo prevê também medidas legais e administrativas para maior controle das atividades relacionadas à circulação, fabricação e comércio de armas de fogo e explosivos. Estabelece ainda a troca de informações, de modo rápido e seguro, sobre antecedentes, registro e origem das armas, bem como dos co-

merciantes e dos criminosos nos dois lados da fronteira.

O acordo com o Senegal (PDS 484/09) permite que familiares (cônjuges, filhos etc.) do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico das missões diplomáticas e repartições consulares dos dois países possam trabalhar no Brasil, e vice-versa. Para isso, deverão obter autorização do governo local, que poderá ser negada nos casos em que o empregador for o Estado ou quando a atividade for relacionada com a segurança nacional.

Finalmente, o PDS 503/09, outro acordo com o Senegal firmado em maio de 2007, basicamente prevê a criação de uma linha aérea regular entre os dois países, de forma a beneficiar o comércio e o turismo. A negociação desse acordo, como observou o ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, deverá contribuir para a intensificação dos fluxos comerciais de cargas e passageiros com o país africano.

Universidade em Foz do Iguaçu reforça integração continental

A criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) na cidade de Foz do Iguaçu (PR), proposta pelo Executivo, foi aprovada pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Pelo projeto (PLC 186/09), a Unila terá a finalidade de ministrar ensino, desenvolver pesquisa e promover a extensão universitária. Os cursos serão oferecidos preferencialmente em áreas de interesse mútuo dos países do Mercosul. A universidade será bilíngue (português/espanhol).

A ideia do governo é que a Unila ajude na expansão e interiorização da rede de ensino superior, como parte do processo de integração com os países do bloco. O relator, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), disse que a criação da Unila “é

um empreendimento histórico e representa passo fundamental para a construção de uma mentalidade de integração regional”.

Na mesma reunião, a Representação Brasileira aprovou proposta do governo para que o Congresso Nacional aprove texto de um acordo sobre tráfico de migrantes, assinado em 2004 pelos países do Mercosul, além de Bolívia e Chile. O acordo, segundo a justificativa do governo, demonstraria o interesse dessas nações em cooperar e trocar informações para combater o tráfico.

O Parlasul realizará sessão plenária nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, no Congresso Nacional, em Brasília. A sessão será organizada pela Representação Brasileira no parlamento.

CONSTRANGIMENTO

O presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), voltou a criticar o “uso político” da embaixada do Brasil em Honduras. Para Azeredo, a reportagem exibida pelo *Fantástico*, da TV Globo, que mostrou o cotidiano do presidente deposto Manuel Zelaya e de seus seguidores, foi constrangedora para a democracia brasileira.

– O Brasil perdeu o controle sobre sua embaixada. Quem manda é Zelaya e sua turma. Isso é inadmissível. Nossa soberania foi entregue – criticou Azeredo. A reportagem mostra, por exemplo, que a embaixada vem recebendo policiamento paramilitar, em vez de ser protegida por seguranças oficiais.

ESCRITORA CUBANA

A Presidência do Senado encaminhou à embaixada de Cuba em Brasília convite da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que a escritora e blogueira cubana Yoani Sánchez participe de audiência pública sobre o livro *De Cuba, com carinho*. A sugestão é do presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO). O livro reúne textos sobre o cotidiano cubano, publicados por ela no blog *Generación Y*, onde Yoani defende maior liberdade de expressão em Cuba. “O público brasileiro só tem a ganhar com o intercâmbio direto com as ideias da escritora”, disse Demostenes.



O papa Bento XVI recebe o presidente Lula no Vaticano: fronteiras entre Estado e religião são delimitadas em projeto

Plenário ratifica acordo do Brasil com a Santa Sé

Senadores destacaram, durante a votação, que o tratado com a Igreja Católica não atrapalhará o funcionamento de nenhum outro culto religioso no país

O Plenário aprovou acordo entre o Brasil e a Santa Sé que trata do estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil, assinado em novembro de 2008 na Cidade do Vaticano. Aprovado em votação simbólica, o Projeto de Decreto Legislativo 716/09, que já havia passado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), agora será promulgado pelo Congresso.

O relator na CRE, senador Fernando Collor (PTB-AL), relacionou em Plenário os principais pontos do acordo, como a reafirmação da personalidade jurídica da Igreja Católica e de suas instituições, entre elas as dioceses, as paróquias e os institutos religiosos. Além disso, o acordo garante às instituições assistenciais católicas igual tratamento tributário e previdenciário dado às entidades laicas.

Para o cidadão brasileiro, o acordo também tem vários efeitos práticos e diretos. Por exemplo, ficou definido que as escolas mantidas por ordens católicas deverão assegurar aos alunos o ensino de outras confissões religiosas.

Fernando Collor enfatizou que o acordo não pretende embarçar ou prejudicar o funcionamento de nenhuma outra denominação religiosa no país, tanto que cria a obrigação de o Estado proteger as demais religiões, assegurando a todas o mesmo direito de acesso aos fiéis em fase escolar.

Foram confirmados os efeitos civis dados a casamentos realizados no Brasil pela Igreja Católica. Também está prevista no tratado a garantia de que sempre haverá respeito ao espaço religioso no planejamento urbano das cidades brasileiras.

O presidente da CRE, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), salientou que o acordo foi assinado entre duas nações e, por isso, foi votado na comissão que preside. O projeto que trata da liberdade de culto, de ensino religioso e de isenção tributária para instituições religiosas está sendo discutido na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), lembrou que o tratado respeita a Constituição

federal, que proíbe o poder público de “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embarçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

Para Tião Viana (PT-AC), o tratado é mais um passo para delimitar as fronteiras entre as religiões e o Estado, além de chance para as igrejas evangélicas “também acorrerem nos seus interesses para estabelecer o amadurecimento das relações que digam exatamente os horizontes legais que têm que ser tratados nas questões de Estado”.

MÚSICA GOSPEL

A música gospel poderá ser reconhecida como manifestação cultural, bem como os eventos a ela relacionados, exceto aqueles promovidos por igrejas, decidiu a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao aprovar projeto do deputado Bispo Rodovalho (PP-DF).

Entrada da Venezuela no Mercosul volta a ser polêmica

O ingresso da Venezuela no Mercosul voltou a ser debatido em Plenário. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) citou entrevista a jornais brasileiros do prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, que, mesmo se dizendo vítima de um golpe do presidente Hugo Chávez, ainda assim pediu que o Brasil aceite o ingresso daquele país no bloco econômico.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) não discute a importância comercial do ingresso da Venezuela, mas questionou se o Brasil não deveria “colocar um alerta” sobre a questão. Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), a dúvida é se o Mercosul resiste e sobrevive ao tempo em que sobreviver e existir no poder o “coronel Hugo Chávez”.

Prefeito de Caracas pode falar na CRE

O prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, será convidado a expor na CRE sua posição a respeito do ingresso da Venezuela no Mercosul. Ele é um dos mais importantes opositores do presidente Hugo Chávez, mas defende que o Brasil aprove a entrada venezuelana no bloco, como estímulo à democracia.

Segundo afirmou Ledezma em entrevista, Chávez seria “muito mais perigoso isolado”. Esse foi o principal argumento apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP) ao sugerir o convite ao prefeito. O presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), pretende que Antonio Ledezma venha fazer a exposição no dia 22.

Brasileiro estaria em poder das Farc

Eduardo Suplicy foi encarregado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de cobrar junto ao governo providências para a libertação do brasileiro Vicente Aguiar Vieira, que teria sido sequestrado pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em território venezuelano.

Segundo informou na reunião o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), Vicente Vieira foi sequestrado há dois meses pela “organização criminosa de narcotraficantes”, mas até agora o governo ainda não se pronunciou sobre o fato. Por isso, propôs que a CCJ cobrasse explicações.

meio ambiente

Senadores pedem redução de tributos sobre água mineral

Senadores e representantes do segmento de água mineral brasileiro defenderam, em debate conjunto nas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Econômicos (CAE), a diminuição da carga tributária sobre o produto, que pode alcançar até 57,43%.

Os debatedores, a exemplo do senador Neuto de Conto (PMDB-SC), estranharam que a água mineral seja tributada como bebida alcoólica ou refrigerante, igualando-se, por exemplo, à cerveja.

Segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (Abinam), Carlos Lancia, só a carga tributária direta sobre o produto representa 44% do preço.

O senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) também defendeu a diminuição da carga tributária e lembrou que o Brasil é o quarto maior produtor mundial de água mineral.

Pagamento por serviços ambientais vai ser debatido

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vai promover um debate sobre a nova legislação e a implementação do pagamento por serviços ambientais (PSA), com a presença, entre outros, de Celso Antônio Pacheco, doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); e Maria Tereza Umbelino de Souza, coordenadora do projeto Brasil Mata Viva.

A sugestão partiu de Gilberto Goellner (DEM-MT), que também apresentou requerimento para realização de audiência destinada a discutir o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal. Os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Meio Ambiente e da Saúde estão entre os convidados.

Fontes alternativas de energia terão incentivo

Comissão do Senado aprova criação de regime tributário especial para as empresas que trabalharem com energia eólica, solar ou marítima

Proposta que institui o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Reinfa) e estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia limpa foi aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Pelo projeto de lei (PLS 311/09), poderão se beneficiar do Reinfa as empresas que trabalham com geração de energia elétrica de fonte eólica, solar e marítima, bem como as que exercem atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos para esses tipos de energia, ou de novas tecnologias ou materiais de armazenamento. O incentivo vale para as empresas que lidam com produção de veículos movidos a eletricidade, híbridos ou não.

Essas empresas ficarão isentas de contribuições como o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Terão ainda re-



Adelmir Santana (E) e Gilberto Goellner, relator do projeto: para terem direito aos benefícios do regime, empresas não podem estar devendo ao fisco

dução do Imposto de Importação incidente sobre os bens, sem similar nacional, necessários às atividades desenvolvidas pelos empresários.

Para ter acesso ao Reinfa, as empresas deverão estar em dia com os tributos e as contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal.

Para o autor da proposta, se-

nador Fernando Collor (PTB-AL), o que limita a exploração do potencial de fontes limpas e renováveis é o alto custo do empreendimento, se comparado às fontes convencionais, como as hidrelétricas e termelétricas.

Depois de apreciado pela CI, o projeto será ainda votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Projeto ajuda a reduzir os efeitos das enchentes

Os planos de saneamento básico deverão incluir medidas para reduzir a velocidade de escoamento de águas pluviais em áreas urbanas com alto coeficiente de impermeabilização do solo e dificuldade de drenagem. A inclusão desse dispositivo na lei do saneamento básico (Lei 11.445/07) foi aprovada pela CI e, se não houver recurso, vai agora para análise da Câmara.

O PLS 205/08, do senador Renato Casagrande (PSB-ES), altera outras leis para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua novas tecnologias no sistema de redução de velocidade de escoamento de águas pluviais.

Para Casagrande, uma das maiores causas das enchentes que assolam as cidades é a impermeabilização do solo em áreas urbanas, que aumenta a velocidade de escoamento das águas pluviais, acarretando aumento rápido na vazão média de pico dos rios.

Incentivo a pesquisas para economia de água

Outro projeto que modifica a lei do saneamento básico foi aprovado pela CI na semana passada, agora para incentivar a redução do consumo de água. O PLS 504/07, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), sugere ações de educação ambiental e o incentivo à pesquisa de novas tecnologias que levem à utilização de equipamentos sanitários mais econômicos.

– É importante que a população também contribua para a sua economia, mediante a adoção de comportamentos e de tecnologias que evitem o desperdício; afinal de contas, o uso racional de água perpassa a questão da redução do consumo – explica Valadares.

Segundo o relator Gilberto Goellner (DEM-MT), que apresentou um texto substitutivo, é urgente a necessidade, diante do risco da escassez, de se adotarem medidas de estímulo à economia de água, seja pela educação ambiental, seja pelo fomento à pesquisa.

Alemanha doa 35 milhões de euros para a Amazônia

O Plenário aprovou acordo de cooperação financeira com a Alemanha para a preservação da Amazônia e para o combate à Aids. O projeto de decreto legislativo (PDS 786/09), que já passou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), será agora promulgado pelo Congresso.

O acordo estabelece que a Alemanha poderá contribuir com até 40 milhões de euros a fundo perdido para projetos brasileiros destinados à preservação da Amazônia e ao combate à Aids.

Pela proposta, o projeto Manejo Florestal Sustentável da Amazônia será contemplado com 15 milhões de euros. Outros 10 milhões de euros serão destinados ao Fundo para Áreas Protegidas da Amazônia, enquanto 10 milhões de euros irão para o programa Arpa II, também relativo a áreas protegidas da região. O trabalho de combate à Aids receberá até 5 milhões de euros.

Aprovada criação da Área de Proteção Rio-Parque Araguaia

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou projeto que cria a Área de Proteção Ambiental (APA) Rio-Parque do Araguaia, que compreende a bacia do rio Araguaia nos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará. O texto do PLC 62/03 recebeu parecer favorável do relator, senador Marconi Perillo (PSDB-GO).

O detalhamento do projeto, questionado pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), será agora analisado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A criação da APA deve proteger a fauna e a flora e estimular e ordenar, na área abrangida, o turismo ecológico, a pesca esportiva e as atividades científicas, culturais e econômicas compatíveis com a conservação.

ambiente legal

ONGs criticam mudanças na legislação ambiental

Um comunicado de 15 ONGs ambientais – entre elas SOS Mata Atlântica, WWF e Greenpeace – critica propostas de mudança da legislação ambiental que estão tramitando no Congresso. O documento aponta o risco de “revogação ou modificação das principais leis ambientais brasileiras”, como o Código Florestal, a Política Nacional de Meio Ambiente, a Lei de Crimes e

Infrações contra o Meio Ambiente e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Segundo Mario Mantovani, diretor da SOS Mata Atlântica, a liderança do governo “levou a sério” as declarações do presidente Lula de que não é possível para o Brasil cumprir as metas de desmatamento zero e se juntou aos esforços para desmontar a legislação ambiental brasileira.

“Plástico verde” será realidade

A empresa Braskem anunciou parceria com a Johnson & Johnson para a venda do “plástico verde”, um polietileno produzido a partir da cana-de-açúcar que deverá ser utilizado pela marca Sundown na fabricação de embalagens. Os primeiros produtos com o novo material serão lançados no verão 2011/2012 e incluem as linhas de protetores, bloqueadores e bronzeadores da marca.

Frigoríficos assumem compromisso

O Greenpeace assinou compromisso com os maiores frigoríficos do país (Marfrig, Bertin, JBS-Friboi e Minerva) para que essas empresas não comprem mais carne de produtores que desmatam a floresta. Segundo a entidade, 80% das áreas desmatadas na Amazônia são ocupadas pela pecuária. Paulo Adário, diretor do Greenpeace, afirmou ser “incrível que o principal setor responsável pelo desmatamento esteja comprometido com a integridade da floresta”.

Botos-cor-de-rosa ajudam crianças

O fisioterapeuta Igor Simões, de Manaus, está utilizando botos-cor-de-rosa para ajudar crianças com necessidades especiais. O tratamento acontece uma vez por mês nas margens do rio Negro, a 35 quilômetros de Manaus, onde as crianças fazem atividades físicas

e podem até tocar nos botos. O público-alvo de Simões são crianças que têm problemas sanguíneos, como leucemia e anemia falciforme. Esse contato tem ajudado os pequenos pacientes a desenvolver habilidades físicas e autoconfiança, relata o fisioterapeuta.

comissões

Renda pode ser critério de produtividade

Projeto polêmico que fixa novos critérios para definição das terras disponíveis para reforma agrária será analisado pelo Plenário antes de seguir para a exame dos deputados, a pedido de Serys, que quer priorizar uso da terra

O projeto que modifica os índices de produtividade rural voltará à pauta do Plenário. Tais índices são usados na definição de terras disponíveis para desapropriação e destinada à reforma agrária. A proposta (PLS 202/05) trata dos critérios a serem usados na definição do que é uma propriedade produtiva e de que forma os índices de produtividade serão atualizados.

Na semana passada, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) rejeitou duas emendas de Plenário que alterariam a definição de propriedade produtiva aprovada no texto substitutivo da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ao projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), acatado em junho na comissão. O substitutivo de Kátia prioriza a

renda da propriedade no cálculo do índice de produtividade.

O projeto altera a Lei 8.629/93, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Terminativo na CRA, o projeto deveria seguir diretamente para a análise da Câmara dos Deputados, mas a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), autora das duas emendas rejeitadas, entrou com recurso para que o Plenário decida.

Uma das principais alterações do texto aprovado pela CRA é a exclusão do critério do grau do uso da terra na determinação dos índices de produtividade. Quando o texto foi aprovado em primeiro turno, em junho, Kátia Abreu considerou retrógrada a exigência desse critério simultaneamente ao de eficiência, mantido na lei.



Texto de Kátia Abreu (ao lado de Romeu Tuma e Oswaldo Sobrinho) prioriza renda no cálculo do índice de produtividade

Destruição de laranjal provoca críticas de parlamentares ao MST

As imagens de um integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) usando um trator para destruir um laranjal em uma fazenda da empresa Cutrale, no interior de São Paulo, levaram senadores de vários partidos a condenar o que classificaram de “vandalismo”, “truculência” e “terrorismo”.

Presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil

(CNA), a senadora Kátia Abreu disse que os produtores rurais não podem ser responsabilizados pela lentidão do governo em assentar trabalhadores rurais nas áreas disponíveis para reforma agrária.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que “essa organização fora da lei [o MST] merece ser punida”. Tasso Jereissati (PSDB-CE) cobrou do governo que não fique omissos em relação ao ataque.

NOVA TENTATIVA DE CPI

A senadora Kátia Abreu e o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) prometeram apresentar nesta terça-feira um novo requerimento para instalação de uma CPI mista a fim de investigar o repasse de dinheiro público para o MST. No Senado, disse Kátia Abreu, o número mínimo de assinaturas (27) já foi alcançado. De acordo com Lorenzoni, até a quinta-feira passada 130 deputados já haviam aderido ao pedido (são necessárias 171 assinaturas na Câmara).

Estatuto da Cidade pode sofrer modificações

O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) deverá ser alterado para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural, diz projeto do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) aprovado pela CRA na semana passada. O objetivo é eliminar uma distorção da ideia que se tem do grau de urbanização do país, pela inclusão de um critério mais racional, o que contribuirá para elaborar políticas públicas com

maior precisão e com mais eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Pelo projeto (PLS 316/09), os municípios serão classificados pelo tamanho da população, densidade demográfica e produto interno bruto (PIB) municipal. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos novos critérios, fará a classificação dos municípios e atualizará os valores referentes

à população, densidade demográfica e proporção do valor adicionado da agropecuária em relação ao PIB municipal.

O projeto prevê também que o território e a população dos municípios classificados como rural ou relativamente rural, inclusive da sede municipal e das sedes dos distritos desse município, serão considerados como rurais para fins de estatísticas oficiais e políticas públicas.

DESONERAÇÃO FISCAL

Receitas decorrentes da venda de sementes e mudas e também de matrizes e animais para recria, engorda e uso como cobaias em pesquisas poderão ser excluídas da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física à Previdência Social, segundo projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

FUNDOS DE EMPRÉSTIMOS

Relator da Medida Provisória 464/09, que prevê a criação de fundos para garantir os empréstimos de micro, pequenas e médias empresas, o senador Osmar Dias (PDT-PR) apresentou emenda que estende a vantagem também a agricultores e cooperativas. A proposta é o primeiro item de votações do Plenário, trancando a pauta.

Rótulos de produtos deverão conter advertência

Os produtores de alimentos, bebidas, produtos dietéticos e medicamentos deverão colocar advertência em seus rótulos ou embalagens sobre a presença de fenilalanina ou outras substâncias cujo consumo seja contraindicado a portadores de deficiências do metabolismo ou outras doenças específicas. É o que determina projeto aprovado pela Comissão

de Assuntos Sociais (CAS), mas que ainda precisa ser votado em Plenário.

O substitutivo do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) a projeto de lei da Câmara (PLC 107/08) relaciona a medida a todas as leis que tratam da rotulagem de bebidas, alimentos e medicamentos. A mudança evitou que proposta ficasse “avulsa”, já que o texto

original fazia referência genérica a essa advertência em alimentos e medicamentos.

– Concordamos com a necessidade de que essa determinação ganhe status legal e tenha alcance generalizado, razão por que incluímos as bebidas e os produtos dietéticos na norma proposta – explicou o senador Papaléo Paes.

Combate ineficaz aumenta surto de malária em Marajó, diz prefeito

Em debate na CAS sobre o surto de malária em Anajás, no arquipélago do Marajó (PA), o prefeito Edson da Silva Barros admitiu que o problema está na falta de continuidade das ações de combate à doença. O prefeito informou que, embora na última ação estadual

tenham sido investidos R\$ 500 mil em três meses, o trabalho dos técnicos, segundo ele, foi falho, impedindo o sucesso no controle da doença.

De janeiro a setembro, foram registrados mais de 19 mil casos, quando a população é de 25 mil habitantes.

Destruição de resíduos é obrigação de fabricante

Fabricantes e importadores são os responsáveis pela destruição ou reciclagem das embalagens de produtos veterinários e seus respectivos resíduos, diz projeto (PLS 134/07) aprovado pela CRA. O transporte e a disposição dos resíduos e embalagens dos produtos de uso veterinário deverão ser incluídas no rol das situações em que é obrigatória a fiscalização por órgãos próprios desses itens.

Hospitais para deficientes têm dívidas renegociadas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na semana substitutivo do senador Wellington Salgado (PMDB-MG) ao PLS 311/08, do senador Paulo Duque (PMDB-RJ), pelo qual o parcelamento dos débitos, com a União, de hospitais que cuidam da reabilitação física de pessoas com deficiência, sem finalidade econômica, poderá ser feito em até 30 anos e com redução de 75% das multas.

CE discute exigência de exame profissional para formados

Tramitam no Senado propostas para que diversos profissionais – como médicos e pedagogos – prestem exames para entrada no mercado de trabalho, como já ocorre com os advogados. Por isso, a pedido da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), a comissão debateu

a gestão escolar e a certificação de diretores de escolas.

Projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) obriga os formados de todos os cursos universitários a uma prova prática antes de serem considerados habilitados a exercer qualquer profissão de nível superior.



Atendimento a pessoa jurídica da Receita Federal em Brasília: proposta incorpora num único texto exigências como certidão negativa de tributos e da dívida ativa da União e de contribuições previdenciárias

Marco legal simplifica abertura e fechamento de empresas

Senado analisa projeto que consolida toda a legislação, eliminando regras obsoletas e sintetizando mil dispositivos em apenas cem

O emaranhado de leis que costuma aparecer diante do cidadão interessado em abrir ou fechar uma empresa pode estar com os dias contados. Já está em discussão no Senado projeto que consolida cerca de mil regras espalhadas em toda forma de dispositivo legal, algumas em vigor há oito décadas.

A iniciativa (PLS 431/09), do senador Adelmir Santana (DEM-DF), tem o objetivo de reduzir a burocracia e, consequentemente, os custos de se montar um negócio

no Brasil, descomplicando as rotinas de empresas e empresários.

O projeto abrange todas as regras sobre o funcionamento das juntas comerciais, a publicidade dos registros empresariais, a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, conhecida como Redesim, as centrais de atendimento aos empreendedores e a comprovação do pagamento de impostos.

Para Adelmir Santana, as leis ultrapassadas ainda em vigor

atrapalham muito a vida do empresário brasileiro. Segundo ele, a ideia do projeto é eliminar artigos desnecessários.

Elaborada a partir de uma parceria entre o Senado (Consultoria Legislativa e Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Departamento Nacional de Registro de Comércio), a proposta revoga dispositivos que, segundo Adelmir, tumultuam e trazem insegurança jurídica aos proces-

sos de abertura e fechamento de empresas.

— Nosso projeto se apoia em dois pilares: modernização e simplificação. É um trabalho técnico, um marco regulatório que, se não traz grandes inovações, vai provocar uma silenciosa revolução na vida das empresas brasileiras. São cerca de cem dispositivos num só texto que substituem mais de mil espalhados em diversas leis, normas e decretos. Os custos com advogados e especialistas em tributação devem diminuir significativamente

quando aprovarmos a matéria — defende.

O senador antecipa que já propôs ao governador José Roberto Arruda e a lideranças empresariais do Distrito Federal que o modelo de simplificação legislativa seja adotado nos estados a partir de um projeto-piloto em Brasília.

Depois de terminado o prazo para apresentação de emendas, no próximo dia 26, o projeto será analisado por comissões da Casa, a começar pela de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Proposta adapta conceitos ao novo Código Civil

A principal lei sobre abertura e fechamento de empresas é a 8.934, de 1994, e foi editada antes da aprovação do Código Civil de 2002, que adotou a teoria da empresa em substituição à teoria dos atos do comércio.

Pela teoria da empresa, todas as atividades empresariais têm o mesmo tratamento dado ao comércio, sejam prestadoras de serviços, indústrias ou empresas de agronegócio, desde que optem pela sua inscrição no registro de empresas.

O projeto de Adelmir Santana propõe a atuali-

zação dos conceitos e da denominação dos órgãos envolvidos no procedimento de abertura e fechamento de empresas, consolida a legislação vigente e revoga centenas de artigos em desuso.

As juntas comerciais, por exemplo, passariam a ser chamadas de juntas empresariais. A firma individual e a sociedade mercantil seriam chamadas, respectivamente, de “empresário” e “sociedade empresária”.

A proposta incorpora a exigência de apresentação de certidão negativa dos tributos federais, da

dívida ativa da União, das contribuições previdenciárias e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, revogando artigos dos decretos-leis 1.715/79 e 8.212/91, e das leis 8.036/90 e 7.711/88.

Diversas outras leis, decretos e normas foram incorporados, como as regras para as cooperativas, ou revogados pelo texto do PLS 431/09. Já as normas que tratam das microempresas, das empresas de pequeno porte e das instituições financeiras não foram incluídas no projeto em razão de a Constituição exigir para elas uma lei complementar.



Adelmir Santana: aprovação do projeto fará “revolução silenciosa na vida das empresas”

Emaranhado jurídico aumenta o custo das empresas

O Departamento Nacional de Registro de Comércio (DNRC), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, estima em R\$ 12 bilhões os gastos anuais das empresas brasileiras com advogados e especialistas. O valor se aproxima do que foi destinado ao programa Bolsa Família em todo o ano passado.

Boa parte desse custo deve-se ao emaranhado jurídico que regula a atividade empresarial no Brasil. Desde a Constituição até as portarias ministeriais, passando por leis, decretos e normas, são milhares de regras, muitas delas em desuso ou canceladas por normas posteriores, mas ainda não revogadas.

De acordo com o DNRC, só para abrir uma firma individual, o empresário gasta R\$ 7,59 com a taxa de registro na junta comercial, R\$ 60,40 com a taxa de vistoria, R\$ 465 com o contador, e entre R\$ 120 e R\$ 180 com impostos, o que soma pelo menos R\$ 712,99, sem contar o eventual gasto com aluguel de imóvel comercial, exigido por lei. Já para uma sociedade empresarial limitada, os gastos sobem para, pelo menos, R\$ 727,85. Apenas a abertura de empresa do tipo Empreendedor Individual, que não exige imóvel, contador, nem taxa de registro na junta comercial, pode ficar mais barata. O Ministério do Desenvolvimento contabilizou a abertura de 280 mil empresas no país entre julho e dezembro de 2007, com um tempo médio de abertura de 21 dias, bem diferente do prazo apontado como razoável pelo Banco Mundial (veja infográfico).

Contador diz que regras confusas alimentam burocracia

Sócio de um dos maiores escritórios de contabilidade do Distrito Federal, Reinaldo Gomide vê com otimismo a consolidação das regras para abertura e fechamento de empresas. Segundo ele, o fato de as normas estarem espalhadas em inúmeras leis e decretos tende a aumentar o custo desses procedimentos.

— Como não há uma regra única, clara, e o cliente não pode esperar, quando vamos ao órgão público e o funcionário exige uma autenticação em determinada cópia ou uma procuração em cartório em vez de uma procuração simples, não temos como argumentar porque não há tempo para rever toda a legislação. Af acabamos atendendo a exigências que nem temos certeza se existem legalmente. E quem paga por isso é o cliente, claro — adverte Reinaldo.

O contador queixa-se ainda do excesso de zelo dos órgãos envolvidos na abertura e no fechamento de empresas. — Em geral, eles sempre optam pelo mais difícil, burocrático e complexo. Percebo que, na falta de regras claras que a gente possa ter em mãos, os responsáveis ficam inseguros e tendem a exigir muito mais do que seria razoável — argumenta.

Brasil está na 129ª posição em ranking de facilidade de negócios

Segundo o Banco Mundial, o Brasil caiu duas posições em relação a 2009 no ranking Fazendo Negócios 2010 (*Doing Business 2010*), divulgado em setembro. O país ocupa agora a 129ª posição na lista dos 183 países pesquisados.

Entre outros quesitos, a pesquisa analisa as facilidades de se abrir, manter e fechar uma

empresa, essencial à criação de oportunidades para empreendedores e, em última instância, ao combate à pobreza.

“Pequenas e médias empresas têm papel chave na competitividade, crescimento e criação de empregos, principalmente nos países em desenvolvimento. Mas nessas economias [onde há muitas dificuldades], até

80% da atividade econômica ocorre no setor informal. As empresas podem ser impedidas de entrar no setor formal por conta da burocracia e regulamentação excessiva”, afirma o relatório.

“Onde a regulamentação é pesada e a competitividade é limitada, o sucesso tende a depender mais de quem o

empresário conhece do que das coisas que ele precisa fazer. Mas onde a regulamentação é transparente, eficiente e simples, se torna mais fácil para aspirantes a empresários, independentemente de suas conexões, operar dentro da lei e se beneficiar das oportunidades e proteções que a lei oferece”, avalia o Banco Mundial.

Banco Mundial compara condições empresariais em 183 países

O ranking do Banco Mundial leva em conta, além dos itens relativos a abertura e fechamento das empresas, as facilidades oferecidas para a contratação de funcionários, o registro de imóveis, a obtenção de alvarás de construção, o comércio exterior, a obtenção de crédito e o pagamento de impostos, além dos mecanismos de proteção aos investidores.

Onde é mais fácil abrir um negócio	Onde é mais fácil fechar uma empresa
Nova Zelândia 1º	Japão 1º
Canadá 2º	Cingapura 2º
Austrália 3º	Noruega 3º
Cingapura 4º	Canadá 4º
Geórgia 5º	Finlândia 5º
Brasil 126º	Brasil 131º

Melhores países onde fazer negócios

Cingapura

Região: Sudeste asiático
População: 4.839.400
Renda per capita (US\$): 34.761,94

Nova Zelândia

Região: Oceania
População: 4.268.600
Renda per capita (US\$): 27.935,52

Hong Kong

Região: Sudeste asiático
População: 6.977.700
Renda per capita (US\$): 31.422,31

Estados Unidos

Região: América do Norte
População: 304.060.000
Renda per capita (US\$): 47.576,50

Por que é mais fácil abrir empresa na Nova Zelândia

Nova Zelândia	Média OCDE*	América Latina e Caribe	Brasil
🕒 1 dia	🕒 13 dias	🕒 61,7 dias	🕒 120 dias
💰 0,4%	💰 4,7%	💰 36,6%	💰 6,9%
📄 1	📄 1	📄 9,5	📄 16
🚫 não exige	📄 15,5%	📄 2,9%	🚫 não exige

Legenda 🕒 Tempo gasto 💰 Custo (% da renda per capita) 📄 Número de procedimentos 🚫 Capital mínimo (% da renda per capita)

Por que é mais fácil fechar uma empresa no Japão

Japão	Média OCDE*	América Latina e Caribe	Brasil
🕒 7 meses	🕒 1,7 ano	🕒 3,3 anos	🕒 4 anos
💰 4%	💰 8,4%	💰 15,9%	💰 12%
🔄 US\$ 0,92	🔄 US\$ 0,68	🔄 US\$ 0,26	🔄 US\$ 0,17

Legenda 🕒 Tempo gasto 💰 Custo (% do patrimônio da empresa) 🔄 Valor recuperado pelos credores, em média, para cada dólar devido

*OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, composta por Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Eslováquia, Finlândia, França, Grã Bretanha, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, República Tcheca, Polónia, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia.

Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2010 (www.doingbusiness.org/economyrankings)

Banco Mundial: reformas feitas pelo país foram insuficientes

O relatório produzido pelo Banco Mundial também avalia as mudanças feitas pelos países para facilitar a operação das empresas. Em 2009, segundo a pesquisa, um número recorde de 131 economias, ou mais de 70% dos países avaliados, evoluíram suas regras. Foram 287 reformas de junho de 2008 a maio de 2009, um aumento de 20% em comparação ao ano anterior, e o maior número de reformas desde que o relatório começou a ser produzido, em 2004.

Segundo o Banco Mundial, o Brasil realizou reformas para facilitar a abertura de uma empresa, mas ainda são

necessários 16 procedimentos para começar um negócio, em comparação com 9,5 procedimentos, em média, na América Latina e Caribe, e 5,7 nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico — OCDE (veja infográfico).

O país também tem um grau de dificuldade de 78 na contratação de funcionários, em uma escala de zero a 100, em comparação com 34,4 na América Latina e Caribe, e 26,5 nos países da OCDE.

Com relação à exportação, os empresários brasileiros precisam preencher mais documentos (8, em comparação com

6,8 na América Latina e Caribe e 4,3 nos países da OCDE), mas o processo demora apenas 12 dias, enquanto na América Latina e Caribe leva, em média, 18,6.

O Brasil aparece ainda como o país onde se gasta mais tempo para o pagamento de impostos. Ao todo, são necessárias 2.600 horas por ano para que uma empresa média

recolha as informações, calcule, prepare os documentos e pague seus impostos.

Mesmo na República dos Camarões, que está logo acima do Brasil no ranking do tempo gasto para pagar impostos, são necessárias 1.400 horas por ano, quase metade do que gastam os empresários brasileiros.

Já na América Latina, o tempo médio gasto com o pagamento de impostos é de 385,2 horas e, nos países da OCDE, de 194,1 horas. Isso sem contar a Suíça, onde se gastam 63 horas por ano, e os Emirados Árabes Unidos, em que são necessárias 12 horas.

Empresário brasileiro gasta 2.600 horas por ano para pagar impostos

Violência escolar explode no mundo todo

Maioria dos estudantes brasileiros já sofreu com esse fenômeno. Comissão de Educação aprovou projeto de Paulo Paim com medidas para reverter estatísticas negativas

Uma pesquisa no Google, a mais popular ferramenta de busca da internet, encontrou mais de 1,3 milhão de registros de notícias, artigos e comentários associando as palavras “violência”, “agressão” e “escola”, apenas em páginas do Brasil. Mas nem é preciso ir ao computador, basta ligar a TV – ou, pior ainda, conversar com o próprio filho – para constatar o óbvio: essa é uma mazela social que se espalha endemicamente pelo país, sem respeitar fronteiras geográficas ou sociais.

Em dois casos recentes, um menino de 9 anos foi espancado por colegas da mesma idade em São Joaquim da Barra (SP). Recebeu socos e pontapés simplesmente porque é gago. Em Brasília, uma menina de 15 anos levou um corte de 15 centímetros no abdômen e chutes no rosto, e acabou hospitalizada, depois de ser agredida por duas colegas de sala a menos de 200 metros de onde estuda.

A julgar por pesquisas recentes, essas ocorrências não são exceções. Alunos agredidos, livros roubados, meninas assediadas, funcionários

humilhados, ofensas e agressões entre professores e alunos são recorrentes nas escolas dentro e fora do Brasil. Fenômeno que atinge um em cada 12 alunos no mundo, de acordo com estimativa do Observatório Internacional da Violência na Escola, com sede em Paris.

Outra organização não governamental, a Plan, criada em 1937 e presente em mais de 60 países, apurou em pesquisa própria que, a cada dia, 1 milhão de estudantes sofrem algum tipo de violência ao redor do globo. No Brasil, de acordo com a ONG,

84% dos 12 mil alunos ouvidos em seis estados classificaram seus colegas como “violentos”, enquanto cerca de 70% deles disseram ter sido vítimas de violência dentro das instituições de ensino.

Já Portugal acredita viver um clima bem menos preocupante, se comparado às realidades de Brasil, Estados Unidos e outras nações europeias, como França e Alemanha (veja infográfico na página ao lado). De acordo com o coordenador do Observatório da Segurança Escolar de Portugal, João Sebastião, de um

total de 12.593 escolas, 93,4% não relataram nenhum incidente em 2006/2007. Ainda assim, foram mais de 7 mil ocorrências no ano letivo, concentradas maciçamente na Grande Lisboa e Porto, as duas maiores cidades do país.

Em Brasília, a situação piorou a partir das disputas entre gangues e grupos armados que afetam diretamente a escola, informa a socióloga Miriam Abramovay, que coordenou um estudo junto às escolas públicas da capital federal divulgado em maio (veja logo abaixo).

Nenhuma escola é uma ilha, e sim uma parte da sociedade. E no nosso caso essa sociedade tem se embrutecido de forma espantosa. O roubo, o tráfico, a corrupção, o desrespeito e o preconceito levam a atos violentos e criminosos. Para recompor valores deteriorados e preparar os jovens para a vida, a escola não pode ignorar a violência e precisa trazer as questões do mundo para a sala de aula – propôs, em seu blog, o físico e educador Luis Carlos de Menezes, da Universidade de São Paulo (USP).

De áreas carentes ou não, todos sofrem

É um erro pensar que a violência afeta apenas os alunos das periferias e das áreas mais carentes das grandes cidades. Levantamento realizado em São Paulo revelou que quatro em cada dez escolas com melhor desempenho na rede pública estadual de ensino já registraram casos de violência. Não muito diferente do que ocorre com aquelas onde as notas são piores (seis em cada dez).

No estudo do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), foram pesquisados alunos de 8ª série de 366 escolas estaduais com

as piores e melhores notas de matemática. Nesses últimos, os relatos de violência alcançaram impressionantes 42%.

Como em outros estados, uma das medidas adotadas pelo Sistema de Proteção Escolar foi criar um sistema de registro de ocorrências, para subsidiar com estatísticas confiáveis os estudos e as ações governamentais.

Em Belo Horizonte, um levantamento do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais constatou que a escola vem perdendo seu

caráter transformador e seu poder de antídoto da violência, e passando a sofrer vandalismo e depredações. Dos alunos entrevistados, 67,5% já viram ou ouviram falar de pessoas quebrando janelas, fazendo arruaças ou tendo comportamento de desordem; 27,8% testemunharam ou ficaram sabendo da presença de pessoas armadas dentro da escola; 51,9% observaram o consumo de drogas; e 71% afirmaram ter sido vítimas de violência em suas escolas, sendo 15,8% de roubos, 36,9% de furtos e 18,3% de agressões físicas.

O que fazer em cada caso

Quando ocorre violência na escola, é preciso tomar atitudes imediatas. Veja como o professor deve agir nas seguintes situações:

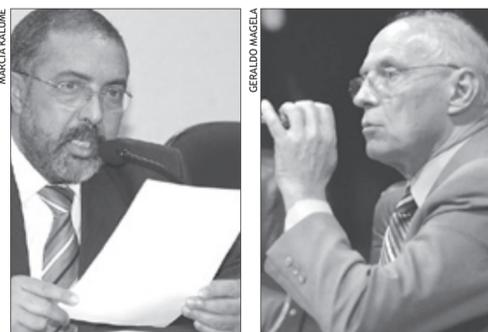
Aluno armado na escola: só converse com a criança/adolescente se sentir que o diálogo é possível. Peça à direção que chame a polícia, cujo dever é abrir processo no juizado da infância e da juventude.

Ameaça ao professor: a vítima deve registrar ocorrência na delegacia de polícia, pedir a intervenção do conselho tutelar, conversar com os pais e a comunidade. Em último caso, pode ser inevitável solicitar a transferência do aluno.

Agressão: informe a direção da escola e a diretoria regional de ensino, registre a ocorrência na polícia, de preferência acompanhada pelo diretor da escola. Se o agressor for menor de 12 anos, é obrigatória a convocação de representante do conselho tutelar.

Arrombamentos e furtos: dar queixa na polícia é obrigatório. Suspeita de abuso em casa: é obrigação da escola comunicar o conselho tutelar. O mesmo vale para ausência prolongada do estudante.

Fonte: site www.educarparacrescer.com.br



Paim propõe também que escolas públicas realizem reunião quinzenal. Favorável, Suplicy entende que primeiro passo deve ser dos profissionais da educação

Senado inclui cultura de paz na legislação educacional

Na próxima semana deve chegar à Câmara dos Deputados projeto que inclui entre os objetivos básicos da educação nacional a “superação de todas as formas de violência, internas e externas à escola, na perspectiva de construção de uma cultura de paz”. O PLS 178/09, de Paulo Paim (PT-RR), foi aprovado por unanimidade e em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A violência nas escolas está chegando a extremos que acabam negando o caráter educativo e socializador dessas instituições. A imprensa nos bombardeia com cenas, não somente

de insegurança dos ambientes escolares sitiados por criminosos, como também de violência nas relações entre estudantes, professores e funcionários – observou Paulo Paim. No texto, o senador propõe a realização de reunião quinzenal dos conselhos escolares das escolas públicas, envolvendo professores, funcionários, pais, alunos e representantes da população nas áreas de saúde, segurança, cultura, esportes e ação social, para traçar planos visando à segurança escolar e às relações pacíficas com a comunidade.

Segundo Paim, é preciso incorporar ao quadro de funcionários das escolas pessoas com formação técnica e pedagógica em segurança escolar. Ele defende o resgate da figura que antigamente se chamava “inspetor de alunos”, encarregado da disciplina dos estudantes fora das salas de aula.

– Hoje, para lidar com os problemas da violência escolar, temos que contar com alguém que faça a mediação dos conflitos

internos e externos, contribuindo para a paz na escola, para a transformação do espaço escolar em espaço realmente educativo, na maior segurança possível – defende o parlamentar.

No parecer favorável à proposta, o relator Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a ideia de Paim e reforçou as preocupações de professores e funcionários – observou Paulo Paim.

Muitas escolas hoje se defendem da violência externa com muros e arame farpado, com guaritas e guardas até mesmo armados. Temos que construir pontes de relações pacíficas com a comunidade adjacente à escola, em primeiro lugar pela própria ação dos profissionais da educação – disse Suplicy, em seu relatório.



Alunos chegam a escola pública em Taguatinga, cidade do Distrito Federal. Mesmo tida como uma das melhores do país, a rede pública do DF não escapa à violência

Na periferia de Brasília, 30% já viram armas na escola

Brasília orgulha-se de ter um dos melhores sistemas públicos de ensino do país, mas nem por isso escapa do fenômeno que se alastra pelo Brasil. E os números são semelhantes à maioria dos estados: quase 70% dos alunos das escolas públicas do Distrito Federal já presenciaram alguma agressão física no ambiente escolar e 15% já foram vítimas desse tipo de violência.

A Secretaria de Educação associou-se à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla) para realizar a pesquisa, cujos resultados saíram em maio passado. Cerca de 10 mil questionários foram aplicados a professores

e estudantes do ensino fundamental e médio.

Os dados do Batalhão Escolar do ano passado confirmam os resultados. Pelos números do primeiro semestre de 2008 (os mais recentes já divulgados), foram registradas 39 ocorrências, 26 delas envolvendo menores. Dezesete ocorreram dentro das escolas, outras 17 nas redondezas e cinco fora do perímetro escolar. Grande parte dos problemas, na verdade, nem sequer chega às autoridades.

A pesquisadora Miriam Abramovay, professora da Universidade Católica de Brasília, é uma especialista no assunto. Ela coordenou um estudo patrocinado

pelas Nações Unidas no início da década e também esteve à frente da pesquisa no DF.

– Esse estudo de caso é local, mas a violência acontece em muitas capitais, municípios e estados do país. Essa é uma situação que existe em todos os lugares. São situações não específicas do DF – confirmou Abramovay, ao analisar os resultados da pesquisa em Brasília.

No geral, um em cada quatro alunos (25%) diz já ter visto alguém portando arma de fogo na escola, mas nas unidades de ensino da periferia de Brasília esse percentual sobe para 30%. Três por cento dos alunos confessaram já

ter levado arma de fogo para a escola. Tráfico dentro ou próximo da escola é fenômeno reconhecido, ou pessoalmente testemunhado, por 33% dos professores e 23% dos alunos.

Além disso, discriminação e preconceito racial, social e até de gênero foram detectados pelos pesquisadores. “O clima escolar não é de felicidade, mas de muito preconceito e briga”, alertou a coordenadora do estudo, que, apesar de tudo isso, constatou que os alunos têm uma imagem positiva da escola e visão otimista do futuro. Mais de 70% acreditam que vão continuar estudando e depois conseguir um bom trabalho.

Nos EUA, 35 mortes violentas em um ano

No mais rico país do mundo, a exposição à violência faz parte da rotina diária de milhões de alunos. Os Estados Unidos, que há dois anos tinham 55,5 milhões de crianças matriculadas entre cinco e 18 anos, registraram estatísticas ainda mais preocupantes que as brasileiras. Lá, 35 mortes violentas (27 homicídios e oito suicídios) associadas ao ambiente escolar foram contabilizadas entre julho de 2006 e junho de 2007.

As informações oficiais são do Centro Nacional de Estatísticas Educacionais. Entre os estudantes na faixa etária de 12 a 18 anos, nada menos que 1,7 milhão (4%) foi vítima de crimes não fatais, incluindo 909 mil roubos e furtos e 767 mil delitos violentos, desde a agressão física até a sexual. Dez por cento dos meninos e 5% das meninas entre nove e 12 anos informaram ter sido ameaçados ou feridos por uma arma nas dependências da escola. Nos dois casos, são mais altas as porcentagens de vítimas entre os estudantes negros ou hispânicos, em comparação aos brancos.

O ambiente escolar está muito comprometido em grande parte das instituições de ensino americanas, notadamente as públicas. Em 2007, revelou o órgão ligado ao Ministério da Educação, 23% dos estudantes entre 12 e 18 anos confirmaram a existência de gangues, 32% disseram ter sido vítimas de perseguições e agressões (bullying) e 36% admitiram ter se envolvido em uma briga dentro ou nas proximidades da escola.

Mais grave ainda: 18% dos alunos de nove a 12 anos revelaram aos pesquisadores já ter carregado uma arma, e 6% confessaram tê-la levado à escola pelo menos uma vez nos 30 dias anteriores à pesquisa.

Estatísticas são contraditórias

São de difícil confirmação as estatísticas sobre violência nas escolas. Na França, por exemplo, a organização não governamental Observatório Internacional de Segurança nas Escolas apresentou dados que destoam totalmente das informações oficiais

Tipo de violência	Dados do observatório	Dados oficiais
Extorsão	6,1%	0,03%
Insulto	72,4%	0,25%
Racismo	16,1%	0,01%
Agressão física	23,9%	0,32%
Roubo	45,1%	0,12%



comissões

Petrobras elogia modelo de partilha para pré-sal

Segundo diretor da estatal, ouvido em debate no Senado, os elevados investimentos necessários para a produção justificam a exclusividade

O volume de investimentos e equipamentos exigidos pelo pré-sal justifica a inclusão da Petrobras como operadora única no projeto, como prevê o regime de partilha, argumentou o diretor de Produção da estatal, Guilherme Estrella, no primeiro painel realizado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para discutir o marco regulatório da nova fronteira petrolífera.

O óleo a ser explorado no pré-sal será dividido em duas partes. A primeira (“óleo custo”) será usada para cobrir gastos de produção. A segunda parte (“óleo lucro”) será oferecida em licitação, e vence a empresa que oferecer maior participação à União nesse montante.

– Se o consórcio licitante oferecer “óleo lucro de 80%” para a União, ficará com 20%. Desses 20%, 30% vão para a Petrobras. A União não assume risco e antes das licitações poderá avaliar a área. E poderá contratar diretamente a Petrobras – afirmou Estrella, ao defender a primazia da empresa no pré-sal.

O regime de partilha, no entanto, foi criticado por outros



No debate presidido pelo senador Fernando Collor (D), o ex-superintendente da ANP Ivan Simões Filho criticou o regime de partilha proposto pelo governo

debatedores, como o geólogo e ex-superintendente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Ivan Simões Filho. Para ele, os investidores, que vão arcar com o risco dos empreendimentos, devem ter o poder de influenciar na forma como os investimentos serão gerenciados.

– O que nos preocupa no projeto é que a Petro-Sal tem 50% dos votos, com direito de veto e voto de qualidade, sem obrigação jurídica ou financeira. Ou seja, quem toma

as decisões não precisa ouvir empresas consorciadas, não tem responsabilidade sobre tomadas de decisões, nem sempre vai avaliar os riscos inerentes – afirmou.

Para o professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Edmar de Almeida, nenhum regime de exploração é superior a outro, tendo em vista que as empresas exploradoras atuam em ambas as modalidades, que por sua vez apresentam vantagens e desvantagens específicas.

Paim apoia proposta dos petroleiros de monopólio

Paulo Paim (PT-RS) apoiou proposta apresentada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) de uma nova regulamentação para a política energética, com destaque para a defesa do monopólio estatal na exploração da camada pré-sal.

O senador, relator da sugestão apresentada pelos petroleiros à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), afirmou que o projeto “está bem formulado”, mas ainda precisa ser debatido com toda a sociedade. Os petroleiros propõem que os recursos do pré-sal sejam destinados, prioritariamente, para políticas públicas que combatam as desigualdades sociais.

A CDH realizou audiência pública na semana passada para discutir o uso dos recursos obtidos a partir da exploração do pré-sal na educação, como defende, por exemplo, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Oposição critica contratos com empresas denunciadas

Durante reunião da CPI da Petrobras, os senadores da oposição criticaram a estatal por manter contratos com empresas denunciadas por fraude em licitações pela Operação Águas Profundas (2007) da Polícia Federal. Duas das três maiores empresas apontadas na investigação – os estaleiros Iesa e Mauá Jurong – ainda prestam à companhia serviços de reforma de plataformas.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), é uma “relação de promiscuidade”, já que, como lembrou, a Iesa foi uma das maiores doadoras do PT nas últimas eleições. Ele criticou o que chamou de “fatiamento” da Petrobras para atender a interesses partidários.

Em defesa da Petrobras, Delcídio Amaral (PT-MS) advertiu para o fato de que a estatal não poderia simplesmente excluir uma empresa com milhares de funcionários de seu cadastro devido a um processo investigatório inconcluso.

ANP será obrigada a divulgar lista de postos de combustíveis autuados

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) será obrigada a divulgar relatórios mensais e anuais com nomes e endereços dos postos de combustíveis fiscalizados, autuados, interditados no período e daqueles sem fiscalização há mais de um ano. É o que prevê projeto

do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) aprovado pela Comissão de Infraestrutura (CI) em decisão terminativa.

Os relatórios deverão ser discriminados por estado e conter dados estatísticos locais e nacionais sobre a atividade de fiscalização da ANP.

Especialistas divergem sobre projeto que regulamenta TVs comunitárias

Em debate na Comissão de Ciência e Tecnologia, especialistas divergiram sobre a necessidade de se criar uma lei específica para a televisão comunitária, regulamentada por projeto de lei (PLS 483/08) do senador Renato Casagrande (PSB-ES).

Para o consultor jurídico do

Ministério das Comunicações Marcelo Bechara, o projeto é desnecessário, pois o governo já está criando o Canal da Cidadania, que atenderá à necessidade de programação local. José Luiz Sóter, da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraco) elogiou o projeto.

Acesso mais barato à internet nos municípios menores

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou, em decisão terminativa, projeto do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que prevê preço de chamada local para ligações telefônicas interurbanas para acesso à internet em municípios onde não há provedor.

A proposta (PLS 317/05) exige a aplicação da menor tarifa cobrada pelas empresas para ligações locais, quando as chamadas forem efetuadas de telefones fixos e se destinarem a provedores de acesso à rede mundial de computadores.

Ainda segundo o projeto, onde não houver provedores de acesso à internet, as empresas de telefonia deverão garantir às ligações para os provedores a mesma qualidade das demais ligações interurbanas.

Baixa renda poderá financiar até 95% do valor do imóvel

Projeto que permite às famílias de baixa renda financiar até 95% do valor de avaliação do imóvel a ser adquirido foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLS 652/07, do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), recebeu duas emendas do relator Efraim Morais (DEM-PB).

O autor da proposta argumenta que famílias de baixa renda que buscam comprar a casa própria enfrentam dificuldades para pagar, ao mesmo tempo, aluguel e a parcela do financiamento. Pelas regras atuais, o máximo a ser financiado pode chegar a 40% do valor de avaliação.

O projeto será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

TÁXI PASSADO AOS HERDEIROS

As licenças para o serviço de táxi poderão ser passadas aos herdeiros do taxista, define o PLS 253/09, do senador Expedito Júnior (PR-RO), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A autorização para uso do táxi, porém, só poderá ser transmitida a pessoa física ou jurídica que preencha os requisitos exigidos para sua outorga. Expedito Júnior lembrou que a comercialização e locação de autorizações para a exploração de serviços de táxi é uma prática enraizada e socialmente aceita, apesar de não estar prevista em lei.

projetos aprovados

De 5 a 9 de outubro

Em Plenário, vão à promulgação

- ➔ **PDS 484/09** – Acordo com o Senegal sobre exercício de atividades remuneradas por dependentes de diplomatas.
- ➔ **PDS 497/09** – Acordo com o Paraguai para cooperação no combate à fabricação e ao tráfico de armas de fogo, munições, acessórios e explosivos.
- ➔ **PDS 503/09** – Acordo com o Senegal de cooperação na área de serviços aéreos.
- ➔ **PRS 63/09** – Autoriza a Paraíba a contratar empréstimo de US\$ 20,9 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

- ➔ **PRs 64/09 e 65/09** – Autorizam o Ceará a contratar junto ao BID empréstimos de US\$ 77 milhões e de US\$ 158,6 milhões.
- ➔ **PRS 66/09** – Autoriza o Rio de Janeiro a contratar empréstimo de US\$ 39,5 milhões com o BID.
- ➔ **PDS 786/09** – Acordo com a Alemanha para preservação da Amazônia e para o combate à Aids.
- ➔ **PDS 716/09** – Acordo com o Vaticano sobre estatuto jurídico da Igreja Católica.
- ➔ **PDS 723/09** – Acordo com a República Tcheca sobre cooperação econômica e industrial, nas áreas de energia, florestal e automobilística.

CE

- ➔ **PLS 178/09**, do senador Paulo Paim (PT-RS) – Inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação medidas para reduzir a violência nas escolas. Vai à Câmara.
- ➔ **PLC 179/09** – Cria a Universidade Federal do Oeste do Pará a partir do desmembramento das universidades Federal do Pará e Rural da Amazônia. Vai à sanção.

CI

- ➔ **PLS 205/08**, do senador Renato Casagrande (PSB-ES) – Plano de saneamento básico deverá incluir medidas para conter escoamento de águas

pluviais. Vai à Câmara.

- ➔ **PLS 317/05**, do senador Romero Jucá (PMDB-RR) – Prevê cobrança de tarifa local para ligações interurbanas a provedores de internet. Vai à Câmara.
- ➔ **PLS 469/07**, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) – Determina que a Agência Nacional do Petróleo divulgue relatórios periódicos sobre fiscalização de postos de combustíveis. Vai à Câmara.

CRA

- ➔ **PLS 134/07**, do ex-senador Jonas Pinheiro – Determina fiscalização em fabricantes de produtos de uso veterinário. Vai à Câmara.

comissões

Estados terão US\$ 296 milhões em empréstimos externos

O Plenário autorizou quatro operações de crédito externo que devem garantir ao país investimentos novos de até US\$ 296 milhões. As duas maiores, que somam US\$ 235,6 milhões, estão sendo pleiteadas pelo estado do Ceará junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Outras duas operações serão contratadas junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), em favor da Paraíba (US\$ 20,9 milhões) e do Rio de Janeiro (US\$ 39,5 milhões).

Um dos projetos cearenses envolve o investimento de até US\$ 158,6 milhões em infraestrutura rodoviária. Com voto favorável do relator, Efraim Morais (DEM-PB), a proposta (PRS 65/09) destina recursos

para pavimentação e recuperação de estradas, projetos de novas vias e a preparação de plano diretor rodoviário, entre outros fins.

No Rio de Janeiro, o apoio do Bird vai para o chamado projeto Rio Rural, que envolve ações de desenvolvimento sustentável em microbacias hidrográficas, com foco na agricultura familiar. Relatado por Gerson Camata (PMDB-ES), o objetivo da proposta (PRS 66/09) é apoiar iniciativas e arranjos locais destinados a gerar renda.

O empréstimo para a Paraíba também será destinado a projetos na área rural. O objetivo é reduzir a pobreza por meio do financiamento de pequenos investimentos para atender 40 mil famílias nos 222 municípios do estado.

Aprovada criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Prevista na Constituição federal, a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO) pelo governo foi autorizada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O banco é uma demanda antiga de parlamentares e governadores da região, e sua função será financiar projetos prioritários para o desenvolvimento local, tendo como principal fonte de recursos as receitas do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), até então geridas pelo Banco do Brasil.

O texto aprovado foi o substitutivo de Serys Slhessarenko (PT-MT) a projeto (PLS 303/08) de Lúcia Vânia (PSDB-GO). A matéria recebeu decisão terminativa, mas, como é um substitutivo, terá que ser votada mais uma vez antes de seguir para a Câmara dos Deputados. O texto de Serys autoriza o Executivo a constituir o BDCO como empresa pública, sob a forma de sociedade por ações, com capital exclusivo da União e vinculado ao Ministério da Fazenda.

FUNDOS CONSTITUCIONAIS

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu realizar audiência pública para debater a viabilidade de se proibir que os chamados fundos constitucionais assumam integralmente o risco na concessão de empréstimos. Pela proposta (PLS 239/08) de Tasso Jereissati (PSDB-CE), as instituições financeiras deverão assumir pelo menos 50% do risco de crédito decorrente de financiamentos com recursos dos fundos constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).

JORNADA DE TRABALHO

Quatro audiências públicas foram aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), entre elas o debate sobre a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, objeto de proposta de emenda à Constituição (PEC 75/03) apresentada pelo vice-presidente da CAS, senador Paulo Paim (PT-RS). Pelo texto, a jornada de trabalho normal não poderá ser superior a 40 horas semanais, diminuindo gradativa e anualmente em uma hora até o limite mínimo de 36 horas.



Simon (E, ao lado de Azeredo) optou por rejeitar outra PEC, que recomendava proibição de cortes por tempo indeterminado

Proibição de cortes no orçamento da Defesa

Projeto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça impede governo de contingenciar verbas das Forças Armadas por um prazo de dez anos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC 53/04), de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que obriga o governo federal a repassar às Forças Armadas, durante dez anos, todos os recursos previstos no Orçamento da União para os programas de reaparelhamento, modernização, pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Além do contingenciamento dos recursos do Orçamento, o texto proíbe ainda a formação de reservas de contingência com recursos dos fundos vinculados às instituições militares.

Além de recomendar a aprovação da PEC 53/04, o relator, Pedro Simon (PMDB-RS), pediu a rejeição da PEC 85/03, de Demostenes Torres (DEM-GO), que tramitava em conjunto, por entender que a medida enfrentaria muitas dificuldades ao proibir o contingenciamento de recursos por tempo indeterminado em favor de apenas um segmento de governo. Além disso, Simon observou que a proposta de Crivella é mais abrangente por vedar ainda a limitação, pelo governo, das aquisições, com recursos de financiamentos externos, de bens e serviços destinados às Forças

Armadas.

Ainda pela proposta, o orçamento anual das Forças Armadas deverá prever recursos suficientes para o cumprimento integral dos pagamentos previstos nos contratos de financiamento externo, inclusive os da contrapartida nacional.

Tanto Marcelo Crivella quanto Demostenes Torres argumentam que a histórica falta de recursos para investimento sucateou os equipamentos e estagnou a pesquisa tecnológica na área militar, colocando o país em situação desfavorável perante a comunidade internacional.

Exame criminológico está longe de ser consenso

A volta do exame criminológico para que o juiz decida se o preso terá direito a benefícios como progressão de regime, condicional e indulto não foi consenso entre os debatedores de audiência realizada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A ministra do Superior Tribunal de Justiça Maria Thereza Moura, por exemplo, disse não ver no retorno do exame a saída para a insegurança da sociedade em relação aos beneficiados. A audiência visou subsidiar a apreciação de projeto de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) que prevê, além do exame, opcional, o parecer de uma comissão, quando necessário.

Mesmo com as dificuldades, senadores defendem exame

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), relator do projeto de Maria do Carmo Alves na CCJ, afirmou que o propósito do exame é dar condições para que o juiz decida. Assim como ele, a maioria dos senadores defendeu a volta do exame criminológico, mesmo ponderando as dificuldades de se implementar a medida, como foi o caso de Valter Pereira (PMDB-MS) e Romeu Tuma (PTB-SP), assim como João Pedro (PT-AM) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), que consideram necessário um debate mais aprofundado. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou a eficiência do exame diante da realidade social do país.

agora é lei

Lei da Defensoria prioriza crianças, mulheres e vítimas de abuso sexual

A Lei da Defensoria Pública foi sancionada pelo presidente Lula na última quarta-feira. De acordo com a nova legislação, todas as instituições prisionais e de internação de adolescentes no país terão que contar com, pelo menos, um defensor público. Hoje, o país conta com cerca de 5 mil defensores públicos federais e estaduais. No Brasil, cerca de dois terços da população não têm condições

de pagar advogados e os mais pobres não contam com profissionais que possam fazer sua defesa em virtude do número insuficiente de defensores públicos.

Entre as novas funções da Defensoria Pública está o atendimento especializado, de caráter interdisciplinar, a grupos vulneráveis como crianças e adolescentes, mulher vítima de violência doméstica e pessoas vítimas de abuso sexual.

Outra previsão legal é a garantia do direito à informação sobre a localização e o horário de funcionamento dos núcleos de atendimento, à qualidade e à eficiência da prestação de serviço, além da criação da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública.

Segundo o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), relator da matéria no Senado, a instituição é a menos es-

truturada da Justiça brasileira. Ele afirma que os principais beneficiados pela proposta serão aqueles que ganham até três salários mínimos, ou seja, cerca de 80% da população.

O projeto ainda regulamenta a autonomia do órgão, cria a prerrogativa do orçamento próprio e permite que a Defensoria Pública promova concursos e nomeie defensores.

debates

Escolha de Obama para Nobel da Paz é elogiada

Premiação, anunciada sexta-feira, será entregue em dezembro ao presidente dos Estados Unidos por seu esforço contra o desarmamento e pela paz mundial

A escolha de Barack Obama para o prêmio Nobel da Paz 2009 foi elogiada pelos senadores Paulo Paim (PT-RS), Pedro Simon (PMDB-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Mão Santa (PSC-PI) na sexta-feira – dia em que o anúncio foi feito pelo comitê do Nobel, em Oslo (Noruega). Obama assumiu a presidência dos Estados Unidos em janeiro deste ano e foi escolhido por fazer apelos em favor do desarmamento nuclear e trabalhar pela paz mundial.

– Além de termos tido o primeiro presidente negro eleito na maior potência mundial, em menos de um ano ele já representa aquilo que o mundo todo quer: a paz, a conciliação. Isso tem uma enorme sim-

bologia. Mostra que os discriminados precisam apenas de espaço para mostrar o quanto podem fazer – afirmou Paim.

Simon disse que "o prêmio está sendo conferido a Obama muito cedo, mas é certamente um estímulo, um voto de confiança, uma homenagem à linha de pensamento do presidente dos Estados Unidos". Na análise do senador, o maior feito de Obama até agora foi mostrar-se capaz de trilhar caminhos para a solução de problemas enfrentados pelo mundo.



FOTOS: J. FREITAS



Segundo Paim (no alto, à esquerda, ao lado de Mozarildo), premiação mostra que discriminados só precisam de espaço, e para Simon (acima), o mundo deve festejar

– Eu dizia que era preciso acabar com aquela cruel penitenciária de Guantánamo, em Cuba. Ele a extinguiu e agora conseguiu grande vitória no Congresso para permitir aos presos serem julgados nos Estados Unidos. Eu dizia que ele poderia iniciar imediatamente um diálogo com Cuba, para acabar com aquele terror que já dura 50 anos [o bloqueio comercial]. Obama iniciou o diálogo. Eu dizia que o americano era o grande responsável por não se encontrar um entendimento no Oriente Médio. Ele tomou posição, foi lá, dialogou com árabes e judeus, determinou

tratativas positivas, e está conseguindo – disse.

Mão Santa considerou "um orgulho" a premiação de Obama. Lembrando que o presidente dos Estados Unidos foi criado pelos avós, ele pediu que o Brasil dê mais dignidade aos seus idosos.

Na rede social Twitter, na internet, Cristovam disse: "Obama merecia. Pelo efeito de sua eleição, por medidas de desarmamento e pelos programas sociais". Os vencedores do prêmio Nobel receberão o equivalente a 1,4 milhão de dólares, a ser entregue em 10 de dezembro.

COMBATE À CORRUPÇÃO

É necessário de um trabalho conjunto e de início imediato de várias instituições da sociedade para combater a corrupção, afirmou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador citou resultados, segundo ele "alarmantes", de pesquisa realizada pelo instituto Datafolha, revelando que os brasileiros "se sentem cercados de corrupção por todos os lados, embora advoguem um alto padrão moral, com valores semelhantes em todos os estratos da sociedade". Segundo Mozarildo, 79% dos entrevistados dizem que o brasileiro vende o voto, 33% acreditam não ser possível fazer política sem um pouco de corrupção, 12% aceitariam vender o voto e 10% dizem que já mudaram o voto em troca de emprego ou favor. "Se o próprio povo pensa assim, fica complicado acreditar que a gente possa mudar as coisas", afirmou, ressaltando, porém, crer na possibilidade de recuperação das pessoas.

AGRICULTURA FAMILIAR

Serys Silhessarenko (PT-MT) fez um apelo aos agricultores familiares, especialmente os de Mato Grosso, para que se organizem e produzam mais, porque "mercado não faltará". A senadora disse que, só para a merenda escolar, há uma demanda "inesgotável". O Programa Nacional de Alimentação Escolar do governo federal, que determina que as prefeituras comprem de produtores familiares locais pelo menos 30% dos alimentos destinados às escolas, foi classificada por Serys como uma das mais "bem boladas" formas encontradas para fazer transferência de recursos para o agricultor familiar. Serys contou estar visitando todos os municípios de Mato Grosso para avaliar e discutir as políticas públicas que o governo federal vem implementando. Entre os programas, Serys destacou o Luz para Todos, o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida.

Paulo Paim: Territórios de Paz pode "mudar a cara do Brasil"

O senador Paulo Paim (PT-RS) celebrou o lançamento do programa Territórios de Paz na cidade de Canoas (RS) e elogiou essa iniciativa, que faz parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas). Para Paim, o Territórios de Paz pode "mudar a cara do Brasil", reduzindo o sentimento de medo que a violência urbana imprime hoje às cidades. Paim definiu o programa como "um gol de placa".

Na visão do senador, a violência crescente no país causa uma dor profunda que vai minando a esperança de que algo bom

possa acontecer na vida dos cidadãos.

– Nós temos que devolver a fé a essas populações mais atingidas por atos violentos. – disse ele.

Paim observou que o Pronas mescla políticas de segurança com ações sociais e é uma iniciativa inédita no enfrentamento da criminalidade no Brasil. Para o projeto ser totalmente implementado, disse o senador, o governo federal investirá R\$ 6,7 bilhões em todo o país até o fim de 2012. Ele destacou que o programa opta por priorizar a prevenção à criminalidade.

Mesquita Júnior quer PMDB protagonista

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) cobrou de seu partido que "deixe o papel de coadjuvante" e lance candidatura própria nas eleições de 2010. Ele mencionou pesquisa divulgada pela presidente em exercício da legenda, deputada Íris de Araújo (GO), indicando que mais de 53% dos filiados desejam ter um candidato peemedebista. "Por que temos, necessariamente, de nos vincular a um único grupo político, a uma única candidata?", questionou o senador.

Para Mão Santa, governo usa tática nazista

O senador Mão Santa (PSC-PI) disse estranhar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva continue com índices altos de popularidade apesar do crescimento da violência em todo o país, o encolhimento da classe média, o aumento do analfabetismo e o caos na área da saúde.

– O atual governo insiste na mesma tática usada pelas lideranças da Alemanha nazista de que uma mentira repetida se torna verdade. Isso é grave e deve ser combatido por todos, especialmente o Parlamento.

Rosalba critica fechamento de urgência pediátrica em Natal

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) protestou contra a decisão do governo do Rio Grande do Norte de fechar o setor de urgência pediátrica do Hospital Walfredo Gurgel, em Natal.

– É um absurdo deixar as crianças sem atendimento de urgência. Soube que os pediatras estão em greve, não por salários, mas contra o fechamento de um serviço essencial, pois as crianças precisam ter atendimento prioritário e urgente. Os leitos para pediatria nesse hospital são insuficientes, mas fechar o serviço

representa um descalabro sem paralelo.

Rosalba informou que o juiz Luiz Alberto da Costa Filho deferiu liminar para manter funcionando o pronto-socorro do hospital, em ação impetrada pelo Sindicato dos Médicos.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que fatos desta natureza são a causa de o Brasil estar em 75º lugar no ranking das Nações Unidas em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Adelmir Santana (DEM-DF) concordou que no país as dívidas sociais são imensas.

Senadores lembram a Guerra do Contestado, maior revolta civil da República

O Senado realizou sessão em memória da Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916, que envolveu cerca de 20 mil camponeses que disputaram uma área na divisa entre Paraná e Santa Catarina – posteriormente denominada região do Contestado.

Entre as causas da guerra, estava a desapropriação de terras de camponeses para a

construção de uma estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul.

O senador Raimundo Colombo (DEM-SC), que requereu a sessão, disse que a Guerra do Contestado foi "a maior e mais violenta revolta civil da República", envolvendo a metade do Exército Brasileiro.

O presidente do Senado, José Sarney, enviou carta que foi

lida na sessão por Mão Santa (PSC-PI). Sarney afirmou que o maior legado da guerra "foi forjar e formar a identidade sociocultural do povo catarinense, cuja fibra e união é hoje reconhecida por todos nós". Também fizeram pronunciamentos os senadores Neuto de Conto (PMDB-SC), Flávio Arns (PSDB-PR) e Ideli Salvatti (PT-SC).

GERALDO MAGELA



Raimundo Colombo discursa em sessão especial: conflito no Sul do país, entre 1912 e 1916, chegou a envolver metade do contingente do Exército Brasileiro

presidência

Jacob Zuma faz visita ao Congresso

Sarney propõe ao presidente da África do Sul que parlamentos criem comissão para estreitar laços entre seu país e o Brasil

O presidente do Senado, José Sarney, ao receber na sexta-feira a visita do presidente da África do Sul, Jacob Zuma, propôs que os parlamentos de Brasil e do país africano criem uma comissão para estreitar os laços entre as duas nações.

Essa foi a primeira visita oficial de Zuma ao Brasil. Empossado em maio deste ano, ele é o quarto presidente da África do Sul depois do fim do regime segregacionista do *apartheid*. Entre outros objetivos, Zuma veio assinar acordos de cooperação em diversas áreas e, dessa forma, ampliar as relações bilaterais.

– Jacob Zuma teve um papel de destaque na luta pelo fim do *apartheid* e pela implantação da democracia na África do Sul – afirmou Sarney durante o encontro.

Já Zuma lembrou que Sarney, quando era presidente da República, determinou a aplicação de sanções à África do Sul como forma de condenar aquele regime de segregação racial.

– Acredito que Brasil e África do Sul poderão ter um papel importante no equilíbrio das relações internacionais – disse Zuma.

Ambos os presidentes destacaram ainda o intercâmbio entre os dois países que ocorrerá em razão da Copa de 2010, que será realizada na África do Sul, e da Copa de 2014, no Brasil. O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) também acompanhou a visita.

No ano passado, o comércio entre os dois países alcançou US\$ 2,5 bilhões, com saldo positivo para o Brasil de US\$ 927 milhões.

TETO

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que precisa ser regulamentada a decisão do Tribunal de Contas da União de considerar legal o pagamento de salários que, somados às aposentadorias, ultrapassam o teto dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

– Acho que essa é uma questão que deve ser resolvida – declarou.

Sobre o fato de ser um dos beneficiários da decisão, Sarney disse acreditar que a maioria dos senadores recebam aposentadoria.

CONVÊNIO

O Senado quer que a Polícia Militar do Distrito Federal explique a destinação de recursos de um convênio firmado para dar segurança ao Legislativo e que foram parar numa outra conta. O presidente da Casa, José Sarney, disse que o convênio deverá ser revisto juridicamente.

– Esse convênio, de 1988, vigorou até 2007 e foi revogado. Eles recebiam recursos que eram destinados a cobrir equipamentos, pegaram a verba e a colocaram na conta única do Distrito Federal – afirmou Sarney.

MINISTÉRIO

O ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin, agradeceu o empenho de José Sarney na aprovação de projeto de lei que transformou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em ministério. O ministro vinha lutando por essa mudança, alegando que a produção brasileira atual de 1 milhão de toneladas de pescado poderia saltar para 20 milhões se a estrutura jurídica da antiga secretaria fosse elevada a ministério.

FELIX E O MST

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Jorge Armando Felix, e o indicado para a diretoria-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Wilson Roberto Trezza, visitaram o presidente do Senado, José Sarney. Na saída, Felix disse que cabe à Justiça corrigir o excesso que foi a invasão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) à fazenda da empresa Cutrale, produtora de laranjas.

CONSTITUIÇÃO

O presidente do Senado, José Sarney, divulgou nota à imprensa comentando os 21 anos de promulgação da Constituição brasileira. O senador destacou que o capítulo da Carta referente aos direitos humanos e às garantias individuais é um avanço. Ele criticou, no entanto, o texto constitucional com relação a questões políticas e administrativas, dizendo que ele precisa ser modernizado.

institucional

Indicações para o Bertha Lutz

Entidades governamentais e da sociedade civil de todo o país têm até o dia 1º de novembro para indicarem candidatas à 9ª edição do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Serão agraciadas com o prêmio cinco mulheres, de diferentes áreas, que tenham se destacado pela relevante contribuição à defesa dos direitos da mulher e às questões de gênero no Brasil. A premiação será em março de 2010 em sessão especial do Senado em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. O modelo para envio de indicações encontra-se disponível no site www.senado.gov.br/comunica/bertha_lutz/formulario.doc.

Seminário sobre EUA e América Latina

O Senado promoverá nesta quinta-feira, em cooperação com a embaixada americana e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o seminário “As relações dos EUA com a América Latina: parcerias estratégicas com o Brasil, estabilidade regional e políticas de defesa”, às 14h30, no auditório do ILB.

O convidado é o diretor do Programa das Américas do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), Peter DeShazo. Os interessados em participar devem enviar e-mail para conlegestudos@senado.gov.br. As vagas são limitadas. Mais informações pelo telefone (61) 3303-5880.

Novo Espaço do Leitor na Agência Senado

A Agência Senado colocou no ar um novo Espaço do Leitor, que permite o envio de críticas, sugestões e perguntas sobre a atividade legislativa e o trabalho da própria Agência.

O Espaço do Leitor pode ser acionado pelo menu principal à esquerda na página da Agência (www.senado.gov.br/agencia) ou diretamente pelo endereço www.senado.gov.br/agencia/espaco_do_leitor.aspx.

Terão prioridade para publicação perguntas cujas respostas sirvam para esclarecer também dúvidas de outros leitores, como as que peçam informações sobre a tramitação de projetos.

JONAS PEREIRA



Sarney recebe Zuma (E), que veio ao Brasil para assinar acordos ampliando as relações bilaterais

GARIMPEIROS

Acompanhados do diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Miguel Antonio Cedraz, políticos do Amapá pediram ao presidente do Senado, José Sarney, apoio para que a empresa de mineração Novo Astro, do empresário Eike Batista, repasse para a Cooperativa dos Garimpeiros de Lourenço, localizada em distrito de mesmo nome, em Calçoene (AP), acervo técnico com mapas, trabalhos topográficos e outros estudos.

FRANQUIAS

O presidente da Associação dos Franqueados de Minas Gerais, Ademir Lopes, acompanhado de vários diretores da Associação Brasileira de Franquias Postais (Abraspost), trouxe para José Sarney as preocupações do setor com o último edital de licitação de franquias apresentado pelos Correios.

– O edital vai tornar inviável a franquia postal no Brasil. A comissão agora oferecida é arrasadora para o setor – disse Ademir.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Shesharenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Pesquisas para produzir mais alimentos

Repórter Senado mostra tecnologias desenvolvidas a partir de pesquisas no setor agropecuário para garantir mais e melhores alimentos à população

Um dos maiores desafios da Humanidade é a produção de alimentos em larga escala, com máxima eficiência econômica e ambiental e a custos acessíveis, capaz de alimentar os quase 7 bilhões de habitantes do planeta. Para isso, têm sido adotadas diferentes tecnologias, como as que serão exibidas no *Repórter Senado*, que estreia na TV Senado.

Em "Tecnologias da Terra", o *Repórter Senado* apresenta os principais instrumentos tecnológicos desenvolvidos a partir de pesquisas no setor agropecuário com o objetivo de garantir a boa alimentação.

O programa mostra como o Brasil conseguiu aumentar a produtividade nos últimos 30 anos e assegurar a oferta dos produtos da base alimentar brasileira,

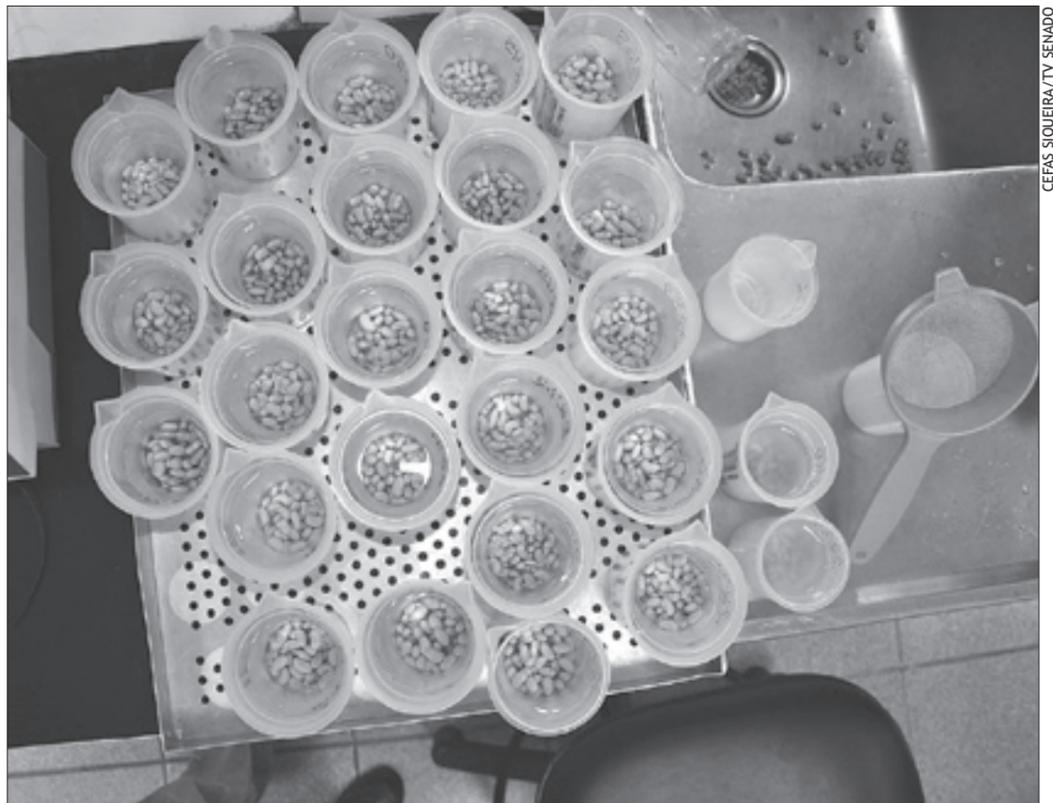
como o arroz, o feijão e a carne. A demanda por alimentos com mais qualidade, menos contaminação por agrotóxicos e menos impacto no meio ambiente provocou inovações, como a criação de uma "fábrica de moscas", em Petrolina (PE), que está ajudando os produtores de frutas a obterem cada vez melhores exemplares para exportação.

O programa da TV Senado questiona ainda se o melhoramento genético de plantas pode diminuir o preço final dos alimentos e analisa como essa tecnologia pode aprimorar o teor nutricional da mandioca.

Repórter Senado

Sábado: 17/10, às 20h30

Domingo: 18/10, às 20h



CEFAS/SIQUEIRA/TV SENADO

Programa da TV Senado questiona se melhoramento genético pode diminuir o preço final dos alimentos ao consumidor

Ministro diz que benefícios da Previdência estão garantidos até 2050

Em entrevista concedida ao *Agenda Econômica*, da TV Senado, o ministro José Barroso Pimentel, da Previdência Social, disse que a Previdência Social brasileira está planejada e equacionada até 2050. Até aquela data, segundo ele, não faltarão recursos do governo para honrar todas as aposentadorias e benefícios. Para os anos posteriores, terá de ser feito um novo planejamento, pelos próximos governos.

O ministro defendeu com ênfase, durante a entrevista concedida aos repórteres Helival Rios e Davi Emerich,

a cobertura, pelo Tesouro Nacional, dos gastos realizados com a previdência rural, item que gerou um déficit para a Previdência Social de R\$ 29,9 bilhões, apenas no período de janeiro a agosto deste ano. Segundo Pimentel, ao colocarem o pagamento da aposentadoria rural na Constituição de 1988, os constituintes quiseram que a nação arcasse com esse custo. Para ele, o gasto deve ser visto como um pagamento devido pela sociedade urbana aos produtores de alimentos do país.

– É quanto cada um paga para não se

dar ao trabalho de produzi-lo com todas as dificuldades do campo – disse.

José Pimentel destacou ainda alguns benefícios gerados pelo sistema previdenciário a partir de 2009, como o que impede a demissão do trabalhador que falta apenas um ano para se aposentar. Se a empresa demiti-lo, terá de lhe pagar um ano de salários.

Agenda Econômica

Sábado: 17/10, às 16h30 e 21h30

Domingo: 17/10, às 2h30, 11h30 e 22h

Doenças infantis

Na Semana da Criança, o *Pergunte ao Doutor* trata das doenças infantis e debate o meio de prevenção, entre eles, as vacinas.

Icterícia, diarreia, sabinho, asma, bronquite, alergias e anemia, além das doenças que podem ser prevenidas pela vacinação, serão o assunto da entrevista com a médica Luciana Monte, pneumologista pediátrica do Hospital de Base do Distrito Federal.

Pergunte ao Doutor

Senado FM: quarta-feira, 14/10, às 7h30

Internet: 14/10



SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Música
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Música
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - Ecosenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Música
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Música
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Música

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).
NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: ANTENA PARABÓLICA
Sky (canal 118), Directv (217) e Telesat (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:
Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110
Áudio: 1211
PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate: 3,2143Ms/s
FEC: 3/4

Como sintonizar

FM
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)
ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*
ANTENA PARABÓLICA
Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Dano ambiental

"Peço aos senadores que integram a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para que atuem em prol da preservação do rio Itabapoana, que banha diversas cidades dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esse rio está sofrendo danos ambientais, como assoreamento e alta taxa de mortalidade de peixes, decorrentes da instalação de usinas hidrelétricas que entram em funcionamento sem um estudo minucioso dos possíveis impactos ambientais. Minha cidade está sofrendo com secas de nascentes e aumento de doenças causadas pela poluição da água."

Rackel Dutra, de Bom Jesus do Itabapoana (RJ)

Igualdade

"Auspiciosa a providência dos ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça ao darem mais agilidade aos tribunais superiores para processos penais. Entendo que providência similar deveria ser tomada junto ao Tribunal Superior do Trabalho, apesar de sua pesada e cara estrutura, incluindo-se aí os tribunais regionais do Trabalho e as varas de Trabalho. As demandas trabalhistas demoram, muitas vezes, décadas para serem concluídas. Peço a quem detém o poder que inclua a Justiça do Trabalho nessa bonança de maior agilidade. Justiça tardia nem sempre é justa."

Ernani B. S. Barbosa, de Niterói (RJ)

Apoio

"Senador Mão Santa, o senhor está sendo verdadeiro e íntegro em sair do PMDB, mesmo sendo uma decisão difícil e dolorosa, em razão dos anos de dedicação e incontáveis batalhas enfrentadas e vencidas incansavelmente com bravura e honra. Ressalto ainda minha irrestrita concordância e completo apoio ao seu tão corajoso ato, que se encontra somente em homens

firmes, carismáticos e livres."

Licínio Fernandes de Medeiros, de Caicó (RN)

Representação

"Com a saída do senador Flávio Arns do PT, o estado do Paraná está sendo muito bem representado no Senado Federal. Ele é um homem de valores inquestionáveis e com pureza de caráter. A Justiça brasileira deve entender que quem traiu a sua história e os seus ideais foi o Partido dos Trabalhadores e não o senador."

Claudir Portella, de União da Vitória (PR)

Pré-sal

"Quero parabenizar o senador Aloizio Mercadante, do PT, pelo pronunciamento sobre o pré-sal, em que mostrou conhecimento a respeito do tema e a forma mais coerente para o país utilizar esse recurso, como um mecanismo para transformar o Brasil em uma grande potência na produção de petróleo e gás."

Luiz Fernandes Valadares, de Campos dos Goytacazes (RJ)

Educação

"Parabenizo o MEC pela propaganda voltada aos professores ou a quem deseja ser um educador, a qual deixa bem claro que, nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, o grande responsável é o professor. Porém, propaganda não enche barriga, é preciso melhorar e muito a remuneração do educador."

Inocêncio de Melo Filho, de Sobral (CE)

Aposentados

"Antes de ser eleito, o presidente Lula fez muitas promessas aos aposentados. O que os aposentados fizeram para serem tão desprezados? Ele que aguarde a resposta nas urnas nas próximas eleições."

Alfredo Wilson Senff, de Rio Negro (PR)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



O mínimo que se pode fazer é oferecer melhores condições de trabalho e melhores salários a esses trabalhadores, que, por sua exposição constante à violência, sofrem ataques covardes do crime organizado, sem a mínima possibilidade de resistência

Sérgio Zambiasi, em defesa dos profissionais da segurança pública.



J. FREITAS

São imagens deprimentes, demonstrando uma selvageria incomum e a prática de crime de atentado ao direito constitucional de propriedade

Valter Pereira, sobre a invasão e destruição de lavouras pelo MST.



MOREIRA WARIZ

Sempre recomendo ao MST que não realize ações violentas. Assim como também não se pode apoiar ações de violência contra trabalhadores rurais, como as que ocorreram em Eldorado dos Carajás e Corumbiara

Eduardo Suplicy, que reafirmou a necessidade de diálogo no campo como saída para impasses.

Precisamos superar essa distância, esse fosso social. Não podemos conceber, em pleno século 21, que brasileiros fiquem isolados

João Pedro, cobrando da Embratel universalização de atendimento.

Recordar Che Guevara é lembrar-se de seus ideais, que nunca estiveram tão vivos. O espectro de Che caminha pelas veias abertas da América Latina

José Nery, em homenagem ao guerrilheiro morto há 42 anos, em 8 de outubro.

Não negou nossas deficiências, não fez falsas promessas, não se utilizou da desfaçatez do misticismo e do discurso fácil da demagogia

Marcelo Crivella, sobre o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, após a vitória do Rio como sede das Olimpíadas de 2016.



pergunte ao senador

Escola em tempo integral para todos

"Gostaria de saber quando vai ter escola de tempo integral para todas as crianças."

Jandira Rosa da Silva, de Brasília (DF)



GERALDO MAGELA

O senador **Cristovam Buarque (PDT-DF)** responde: Prezada Jandira, enquanto não houver escola em tempo integral para todas as crianças, o Brasil não vai ser um país desenvolvido, civilizado. Temos que fazer isso, mas quando vai acontecer? Quando aprovamos um projeto meu que cria a Carreira Nacional do Magistério, para que haja professores preparados, contratados por meio de concurso público federal, com salário federal. Esses professores iriam para certas cidades onde seria implantado o horário integral em todas as escolas. Ao longo de alguns anos, esse programa chegaria a todo o Brasil. Essa é a minha proposta. Para isso, você precisa se mobilizar. Temos um movimento educacionista que é para aqueles que querem fazer a mudança no país. Junte-se a nós, venha para o movimento.

Com informações da TV Senado

Inscrições abertas para casa própria

Lançado por uma medida provisória (MP 459) em março deste ano, o programa habitacional do governo federal Minha Casa, Minha Vida pretende tornar acessível 1 milhão de moradias a famílias de todo o país que tenham renda mensal de até dez salários mínimos. A estimativa da Caixa Econômica Federal, operadora do programa, para a principal faixa de beneficiados – até três salários mínimos –, é de que sejam construídas 400 mil casas cujas prestações comprometam, no máximo, 10% da renda familiar. O *Especial Cidadania* traz informações sobre o programa e as regras para se inscrever nele.

Prioridade são famílias com renda de até três salários

O programa Minha Casa, Minha Vida prevê a parceria entre União, estados, municípios, empresas de construção civil e movimentos sociais para que a meta de 1 milhão de casas seja alcançada em dois anos. Para as famílias com renda mensal bruta de até três salários mínimos (R\$ 1.395), a União destina recursos por área do território nacional de acordo com estimativa de déficit habitacional, baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estados e municípios realizam então cadastramento da demanda e, após triagem, indicam famílias para seleção. As construtoras, por sua vez, apresentam projetos às superintendências regionais da Caixa, podendo fazê-los em parceria com estados, municípios, cooperativas e movimentos sociais. Após análise, a Caixa contrata a operação, acompanha a execução da obra, libera recursos conforme cronograma e, concluído o empreendimento, realiza o financiamento.

Para a faixa de até três salários mínimos está prevista a construção de casas térreas de 35 metros quadrados ou apartamentos de 42 metros quadrados, todos com sala, cozinha, banheiro, dois dormitórios e área externa com tanque ou área de serviço. Os imóveis poderão ser pagos em até dez anos e a parcela mensal será de, no mínimo, R\$ 50, cobrados somente quando o imóvel já estiver pronto. Durante a votação da MP 459/09 no Senado, o líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), afirmou que a proposta iria amenizar a tragédia social representada pelas moradias precárias em todo o país. Ele explicou que esse é o primeiro projeto habitacional a prever um fundo garantidor: o beneficiário que ficar desempregado poderá deixar de pagar as prestações por seis meses, quitando-as no final do financiamento.

Mas o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), observou que nota técnica da Consultoria de Orçamento da Câmara avalia que a iniciativa do governo poderá entrar em conflito com a realidade orçamentária do país. Para o líder do DEM, José Agripino (RN), o maior obstáculo deverá ser a falta de terrenos disponíveis.

Conheça o programa

Cartilha da Caixa Econômica Federal explica regras do Minha Casa, Minha Vida:

Condições para família com renda bruta mensal de até três salários mínimos (SMs):

- Não ter sido beneficiada anteriormente em programas sociais do governo.
- Não possuir casa própria ou financiamento em qualquer estado.
- Pagamento de 10% da renda durante dez anos, com prestação mínima de R\$ 50, corrigida pela TR (Taxa Referencial), e registro do imóvel preferencialmente em nome da mulher.
- Apresentação de identidade, CPF e comprovante de renda.
- Famílias com portadores de deficiência ou idosos têm preferência na seleção.
- Isenção das despesas de cartório para registro do imóvel.
- Não é exigida entrada nem pagamento durante a obra.
- Não há cobrança dos seguros por morte e invalidez permanente e danos físicos do imóvel.
- Não há análise de risco de crédito.

Passo a passo da inscrição:

- Dirija-se à Caixa Econômica Federal ou a um dos postos de cadastramento abertos pela prefeitura ou pelo governo estadual.
- Após seleção, a pessoa é convocada para apresentar a documentação pessoal na Caixa Econômica Federal, correspondente imobiliário, prefeitura ou outros credenciados.
- A assinatura do contrato ocorre na entrega do empreendimento.

Condições para família com renda mensal de três até dez salários mínimos:

- Não ter financiamento ativo do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) em qualquer parte do país.
- Não ter usado, a partir de 1º de maio de 2005, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em financiamento habitacional.
- Não ser proprietária ou compradora de outro imóvel residencial urbano ou rural, situado no atual local de domicílio ou trabalho nem onde pretende fixá-lo.
- Não ser titular de direito de aquisição de imóvel residencial urbano ou rural, situado no atual local de domicílio nem onde pretende fixá-lo.
- Podem ser adotadas as tabelas SAC (Sistema de Amortização Constante) – em que o valor das prestações iniciais é maior e vai diminuindo, resultando em um saldo menor no final – ou Price, em que o valor das parcelas é o mesmo ao longo dos anos, mas o saldo devedor é maior por causa dos juros acumulados.

→ Os juros são de 5% ao ano + TR (renda de 3 a 5 salários mínimos); 6% + TR (5 a 6 SMs); 8,16 + TR (6 a 10 SMs).

→ O prazo é de até 25 anos, o imóvel pode ser 100% financiado e a entrada é opcional.

→ Pagamento mínimo durante a obra, em função da renda e cobrança de seguro com valor reduzido.

→ Fundo Garantidor: refinanciamento de parte das prestações em caso de perda da renda.

→ Para famílias com renda mensal de até seis SMs, o pagamento da prestação só pode comprometer 30% da renda. Além disso, há redução de 90% nas despesas de registro em cartório e o governo federal paga até R\$ 23 mil na entrada do imóvel, de acordo com a região do país.

→ Para famílias com renda mensal de seis a dez salários mínimos, há redução de 80% das despesas de registro do imóvel no cartório.

→ O valor do imóvel não poderá ser maior que R\$ 130 mil para as cidades com mais de 1 milhão de habitantes; R\$ 100 mil para locais com mais de 250 mil habitantes; e R\$ 80 mil nos outros municípios. A partir de janeiro de 2010, o teto para os imóveis financiados em todas as capitais brasileiras será de R\$ 130 mil.

Para ter acesso ao benefício:

→ A partir do lançamento do empreendimento, a pessoa procura a construtora para aquisição do imóvel. Também pode procurar as agências da Caixa e obter carta de crédito para aquisição do imóvel novo (com “habite-se” emitido até 180 dias antes da data do financiamento).

→ É preciso apresentar os seguintes documentos: identidade e CPF; ficha de cadastro habitacional; declaração completa do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e recibo de entrega; análise cadastral junto a Serasa, Banco Central, Serviço Nacional de Proteção ao Crédito (SPC), Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin); Cadastro de Mutuários (Cadmut); e análise de risco de crédito e de capacidade de pagamento feita pela Caixa.

Documentos para comprovar renda:

→ Formal: contra-cheque dos últimos três meses, cópia da carteira de trabalho, se for usar o FGTS para o financiamento (página da foto, frente e verso; página do contrato de trabalho atual; página da contribuição sindical; página das alterações de salário e página do FGTS) e cópia do extrato atualizado do FGTS (fornecido pela Caixa).

→ Informal: extratos de movimentação bancária e declaração do IRPF.

Saiba mais

Ministério das Cidades

Setor de Autarquias Sul, quadra 1, lotes 1/6, bloco “H”, Ed. Telemundi II – Brasília (DF) – CEP: 70070-010 – (61) 2108-1414
www.minhacasaminhavida.gov.br

Caixa Econômica Federal

Central de atendimento: 0800 726 0101 – www.caixa.gov.br
(no site é possível localizar pontos de atendimento em todo o país, fazer simulações de financiamento e checar documentos exigidos)